INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DA ESTATÍSTICA À VIVÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVAM À SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESTUDANTES DO CAMPUS JARDIM UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)

LUIZA NICOLE ANGELO MELO

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DA ESTATÍSTICA À VIVÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVAM À SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESTUDANTES DO CAMPUS JARDIM UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)

LUIZA NICOLE ANGELO MELO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dra. Nayara Fatima Macedo de Medeiros Albrecht

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Luiza Nicole Angelo Melo

DA ESTATÍSTICA À VIVÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVAM À SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESTUDANTES DO CAMPUS JARDIM UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dra. Nayara Fatima Macedo de Medeiros Albrecht
UNILA

_____

Prof. Dra. Luiza Araujo Damboriarena
UNILA

_____

Dra. Daniela Silva Neves
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 17 de dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Dedico este trabalho ao meu filho, Inácio, que me motiva a querer e poder ser o meu melhor, que me ensina a ver o mundo com a sutileza e a leveza da infância. A você, tudo de melhor que eu puder ser e tudo o que eu ainda tiver para viver.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço ao sagrado. A Ogum, pela firmeza e pela abertura dos caminhos; a Iansã, pelo movimento, pela coragem e pela ventania que afasta o que não serve; e a Oxalá, pela clareza, pelo aconchego e pelo discernimento que me acompanharam mesmo quando a estrada parecia torta. Não há como não reconhecer que a fé foi o que me sustentou, guiou e protegeu em cada etapa deste processo.

Às minhas colegas de caminhada, Karolina Pata e Valdilena Rammé, que, mesmo na brevidade do tempo, foram presença, cuidado e aconchego. Vocês foram essenciais para que a Luiza mulher tivesse forças para continuar nessa travessia brutal que é se manter caminhante. Sem vocês, eu hoje não seria possível.

À minha família, de carne e de afeto, que me protegeu, amou e sustentou. Pelo apoio constante, pelas orações e pela força silenciosa que me manteve de pé nos dias mais difíceis. Obrigada por tanto amor, Ana Pereira, Inácio Angelo, Isabel Angela, Pedro Mesquita, Laura Morais, David Barlota e Leticia Melo.

Aos colegas de curso, Ana Luisa Moraes, Bruno Leonardo e Ronaldo Abreu, por caminharem ao meu lado, por não me deixarem desistir e por serem amparo e força justamente quando vocês também precisavam. Obrigada por tornarem a construção deste trabalho menos solitária.

Às professoras Daniela Neves e Luiza Damboriarena, por comporem esta banca de TCC e por acolherem essa ideia ainda em seu formato inicial, quando era trabalhada em grupo na disciplina de Ateliê de Políticas Públicas. Agradeço por confiarem em mim e no meu trabalho ao me permitirem acompanhar turmas seguintes como monitora sob sua supervisão. Foi a partir da orientação de vocês que descobri meu campo de atuação profissional e é também em vocês que encontro inspiração para seguir no campo das políticas públicas.

Agradeço à professora Nayara Albrecht pelas orientações fundamentais para a conclusão deste trabalho e por acreditar no meu caminho mesmo sem contatos anteriores, especialmente nos momentos em que eu mesma duvidei do meu próprio ritmo. Seu cuidado, atenção e confiança foram determinantes para que este texto existisse.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

O planejamento urbano deve ser orientado para o desenvolvimento de cidades seguras e justas, que promovam a qualidade de vida de seus habitantes. Para isso é necessário considerar fatores como a mobilidade urbana, a acessibilidade, a iluminação pública, a arborização, o saneamento básico e o uso do solo.

Estatuto da Cidade, 2001

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

RESUMO

Este trabalho analisa os fatores que estruturam a sensação de insegurança vivida por estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no entorno do Campus Jardim Universitário, em Foz do Iguaçu (PR), articulando segurança objetiva e segurança subjetiva. O objetivo central é compreender de que modo a configuração urbanística, a dinâmica criminal e a atuação institucional se combinam para produzir um sentimento persistente de vulnerabilidade em um território marcado por fronteiras desertas e baixa vitalidade urbana. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa e uso de técnicas quantitativas de apoio, estruturado em três eixos: análise documental e estatística; survey on-line, utilizando escala Likert para mensurar percepções de segurança; e entrevistas semiestruturadas com servidores da Prefeitura Universitária e do Setor de Segurança Institucional, tomando como referência a distinção entre indicadores objetivos e subjetivos proposta por Jannuzzi (2017). Os resultados indicam que o Polo Universitário e seus arredores apresentam tendência de queda nos registros criminais, mas permanecem marcados por trechos monofuncionais, pouca circulação de pessoas, iluminação insuficiente e pontos de ônibus vulneráveis, em linha com os conceitos de fronteira deserta, vitalidade urbana e vigilância natural. No plano subjetivo, a maioria dos respondentes relata sentir-se insegura nos trajetos e na espera pelo transporte, desconhece canais institucionais de denúncia e, em muitos casos, evita atividades noturnas, revelando descompasso entre dados oficiais e experiência cotidiana. A pesquisa conclui que a insegurança no Campus JU se configura como problema público em consolidação, exigindo políticas intersetoriais que articulem desenho urbano, mobilidade, presença institucional, produção de indicadores e escuta qualificada da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: segurança pública; sensação de insegurança; campus universitário; fronteira deserta; percepção de segurança.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

RESUMEN

Este trabajo analiza los factores que estructuran la sensación de inseguridad vivida por estudiantes de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA) en el entorno del Campus Jardim Universitário, en Foz do Iguaçu (PR), articulando seguridad objetiva y seguridad subjetiva. El objetivo central es comprender de qué modo la configuración urbanística, la dinámica delictiva y la actuación institucional se combinan para producir un sentimiento persistente de vulnerabilidad en un territorio marcado por fronteras desiertas y baja vitalidad urbana. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso con enfoque cualitativo y uso de técnicas cuantitativas de apoyo, estructurado en tres ejes: análisis documental y estadístico; encuesta en línea, utilizando escala Likert para medir percepciones de seguridad; y entrevistas semiestructuradas con funcionarios de la Prefectura Universitaria y del Sector de Seguridad Institucional, tomando como referencia la distinción entre indicadores objetivos y subjetivos propuesta por Jannuzzi (2017). Los resultados indican que el Polo Universitario y sus alrededores presentan una tendencia de disminución en los registros delictivos, pero permanecen marcados por tramos monofuncionales, poca circulación de personas, alumbrado insuficiente y paradas de autobús vulnerables, en línea con los conceptos de frontera desierta, vitalidad urbana y vigilancia natural. En el plano subjetivo, la mayoría de los encuestados relata sentirse insegura en los trayectos y en la espera del transporte, desconoce los canales institucionales de denuncia y, en muchos casos, evita actividades nocturnas, revelando un desajuste entre los datos oficiales y la experiencia cotidiana. La investigación concluye que la inseguridad en el Campus JU se configura como un problema público en consolidación, que exige políticas intersectoriales que articulen diseño urbano, movilidad, presencia institucional, producción de indicadores y escucha cualificada de la comunidad académica.

Palabras clave: seguridad pública; sensación de inseguridad; campus universitario; frontera desierta; percepción de seguridad.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ABSTRACT

This study analyzes the factors that structure the feeling of insecurity experienced by students of the Federal University for Latin American Integration (UNILA) in the surroundings of the Jardim Universitário Campus, in Foz do Iguaçu (PR), articulating objective security and subjective security. The main objective is to understand how urban configuration, crime dynamics and institutional action combine to produce a persistent sense of vulnerability in a territory marked by deserted frontiers and low urban vitality. Methodologically, this is a case study with a qualitative approach and the use of supporting quantitative techniques, structured around three axes: documentary and statistical analysis; an online survey using a Likert scale to measure perceptions of security; and semi-structured interviews with staff from the University Prefecture and the Institutional Security Sector, taking as a reference the distinction between objective and subjective indicators proposed by Jannuzzi (2017). The results indicate that the University Hub and its surroundings show a downward trend in crime records, but remain characterized by monofunctional stretches, low pedestrian circulation, insufficient lighting and vulnerable bus stops, in line with the concepts of deserted frontier, urban vitality and natural surveillance. On the subjective level, most respondents report feeling unsafe along their routes and while waiting for public transport, are unaware of institutional reporting channels and, in many cases, avoid nighttime activities, revealing a mismatch between official data and everyday experience. The research concludes that insecurity on the JU Campus is configured as a consolidating public problem, requiring intersectoral policies that articulate urban design, mobility, institutional presence, the production of indicators and qualified listening to the academic community.

Key words: public security; feeling of insecurity; university campus; deserted frontier; perception of security.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Município de Foz do Iguaçu 44
Figura 2 – Escopo de Bairros 44
Figura 3 – Evolução com números reais 46
Figura 4 – Evolução percentual dos crimes YOY 46
Figura 5 – Comparação de totais anuais em valores reais 47
Figura 6 – Distribuição de crimes nos bairros universitários 48
Figura 7 – Representação de participação por instituto 52
Figura 8 – Experiencia de vitimização 53
Figura 9 – Segurança nos trajetos ao redor do JU 55
Figura 10 – Segurança nos pontos de ônibus 56
Figura 11 – Satisfação com a presença de agentes de segurança 56
Figura 12 – Conhecimento de canais de denúncias da UNILA 57
Figura 13 – Evasão de eventos noturnos 57
Figura 14 – Presença institucional 58

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapa de Atores 37

Tabela 2 – Ranking de Violência 49

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPE	Centro de Análise, Planejamento e Estatística
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
JU	Jardim Universitário
PRU	Prefeitura Universitária
SESI	Departamento de Segurança Institucional
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12
1.1 OBJETIVO GERAL..... 13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 13

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 15

3 O CONCEITO DE SEGURANÇA: DA ABORDAGEM OBJETIVA À SUBJETIVA..... 20
3.1 QUANDO A SEGURANÇA VIRA INDICADOR: A DIMENSÃO OBJETIVA..... 22
3.2 MEDO, PERCEPÇÃO E COTIDIANO: A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA.....25
3.3 ENTRE FRONTEIRAS DESERTAS E OLHOS DA RUA: MEDO DO CRIME NA CIDADE..... 30

4 ESTUDO DE CASO: SEGURANÇA NO CAMPUS JU DA UNILA..... 35
4.1 MAPAS, BOLETINS E TERRITÓRIOS: DADOS ESTATÍSTICOS DA REGIÃO DO JU..... 43
4.2 VOZES EM MOVIMENTO: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....50
4.3 COSTURANDO DADOS, CAMINHOS E VOZES: SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS...60

5 ENTRE FRONTEIRAS E CAMINHOS: CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO.....62

6 REFERÊNCIAS..... 68

ANEXO A – ENTREVISTA SERVIDORES SESI..... 72

ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOBRE A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NO CAMPUS JU..... 75

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

1 INTRODUÇÃO

A segurança nos espaços universitários tem se consolidado como uma questão central nas discussões acadêmicas e sociais contemporâneas sobre políticas públicas (Castro, 2025), especialmente quando se considera que a vivência estudantil transcende o âmbito das salas de aula e se estende ao cotidiano dos campi, atravessando dimensões físicas, sociais e subjetivas.

Nesse contexto, o estudo da sensação de insegurança na universidade é crucial. Este trabalho contribui com essa agenda de pesquisa com um estudo sobre o Campus Jardim Universitário (JU) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

A pesquisa não se limita a analisar dados de violência, mas busca entender como os sujeitos que habitam esse espaço constroem suas percepções e experiências, que afetam diretamente sua relação com o ambiente universitário, partindo de uma compreensão do espaço urbano como fator decisivo para a sensação de segurança, entendida em um diagnóstico de políticas públicas elaborado coletivamente em 2023, intitulado “SEGURANÇA PÚBLICA AO REDOR DOS CAMPI DA UNILA”[1].

A escolha do tema surge, portanto, da necessidade de articular de forma mais rigorosa os indicadores objetivos da realidade local - como estatísticas criminais, registros administrativos e dados institucionais - com os indicadores subjetivos que expressam as percepções, medos e experiências da comunidade acadêmica. Indicadores são ferramentas centrais na avaliação de políticas públicas.

Como discute Sousa (2013), indicadores objetivos e subjetivos cumprem funções complementares: enquanto os primeiros traduzem, em números, eventos concretos da realidade social, os segundos captam sensações e opiniões por meio de instrumentos como pesquisas de opinião e escalas de avaliação, permitindo acessar dimensões simbólicas e afetivas que não aparecem nas estatísticas brutas (Sousa, 2013).

Nesse sentido, ao tomar a universidade como espaço de formação crítica e cidadã, o presente estudo parte do entendimento de que garantir o direito à educação implica também criar condições para que os estudantes se sintam seguros, acolhidos e pertencentes.

[1] Trata-se de um diagnóstico de políticas públicas no âmbito da disciplina de Ateliê de Políticas Públicas e Gestão Organizacional do curso de Administração Pública e Políticas Públicas, produzido em grupo, em 2023, e que, embora não publicado e, portanto, não referido nas referências bibliográficas, orienta substantivamente os entendimentos e direcionamentos analíticos deste trabalho. O uso de suas contribuições conta com o conhecimento e o consentimento dos demais integrantes do grupo.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Conectar indicadores de criminalidade, produzidos por órgãos oficiais, aos resultados de questionários e relatos da comunidade acadêmica significa reconhecer que a avaliação de políticas públicas de segurança não pode se apoiar somente em dados agregados, mas exige um olhar sensível às percepções que orientam o uso do espaço, a escolha de trajetos e as estratégias individuais de autoproteção.

Assim, a combinação entre indicadores objetivos e subjetivos deixa de ser somente uma exigência técnica de monitoramento e constitui uma chave analítica central para compreender a distância, ou aproximação, entre a segurança medida e a segurança sentida. Esta pesquisa testou esses pressupostos por meio do estudo de caso da UNILA, o qual combinou ambos os tipos de indicadores. A questão central que inspirou esta pesquisa é que, apesar dos registros oficiais de criminalidade em Foz do Iguaçu e das iniciativas institucionais de segurança, muitos estudantes do Campus Jardim Universitário (JU) da UNILA continuam sentindo uma sensação de insegurança persistente, a qual não pode ser avaliada somente pelos índices estatísticos.

Essa discrepância entre o dado científico e a vivência cotidiana nos leva a questionar: quais motivos, de fato, contribuem para esse sentimento? Seriam as questões ambientais, como iluminação precária e áreas isoladas? Ou as experiências individuais e coletivas que reforçam a vulnerabilidade percebida? Para responder a essas perguntas, a pesquisa se concentrou em compreender o que gera, sustenta e intensifica a sensação de insegurança no Campus JU. Reconhecemos que a realidade da segurança pública pode não corresponder integralmente às percepções e narrativas dos estudantes.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é analisar como podemos combinar indicadores objetivos e subjetivos no diagnóstico e avaliação de um problema público. O trabalho buscou identificar fatores objetivos e subjetivos se articulam na produção da sensação de insegurança no Campus JU da UNILA, identificando em que medida essa discrepância entre indicadores de criminalidade e percepção individuais configuram um problema público. A partir dessa articulação, busca-se compreender como elementos do ambiente físico, da gestão institucional e das dinâmicas urbanas influenciam a experiência cotidiana da comunidade, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17 Para isso, os objetivos específicos se desenharam da seguinte maneira:

- Testar a utilização combinada de indicadores objetivos e subjetivos na área de segurança pública.
- Conceituar a sensação de segurança com base na literatura especializada.
- Contextualizar a questão da segurança no Campus JU, considerando as iniciativas da UNILA, as demandas estudantis e os eventos históricos.
- Analisar os dados oficiais de criminalidade na região para verificar sua correspondência com os sentimentos da comunidade.
- Compreender os fatores subjetivos que influenciam a insegurança, como percepções individuais, experiências coletivas e elementos do ambiente físico e social.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Indicadores são ferramentas fundamentais na análise e avaliação de políticas públicas. São comumente classificados como objetivos, quando são expressos em estatísticas ou dados observáveis, e subjetivos, que se referem à percepção de atores envolvidos nos sistemas de políticas públicas (Jannuzzi, 2005, 2017). Ambos os tipos de indicadores são importantes para diagnosticar problemas públicos e avaliar a efetividade das políticas. Esta pesquisa parte do pressuposto que a combinação de indicadores objetivos e subjetivos é crucial para obter um quadro mais amplo sobre políticas. O estudo testou esse pressuposto por meio de um estudo de caso sobre segurança pública na UNILA.

Nesse sentido, a pesquisa foi guiada por conceitos fundamentais da criminologia, sociologia urbana e estudos sobre espaços públicos, que auxiliarão na interpretação dos dados objetivos e subjetivos coletados ao longo da pesquisa e trazendo a luz da importância da construção de políticas públicas pela perspectiva multicêntrica, ou seja, da importância da percepção e participação social na construção de políticas públicas (Coelho, Pires e Secchi, 2019).

O primeiro conceito é o de sensação de segurança, vista não como sinônimo de baixos índices de criminalidade, mas como uma construção social e subjetiva (Cardoso; Rennó, 2019). O segundo é o medo do crime, que destaca como o temor da violência pode ser tão impactante quanto a violência em si (Bazzanella; Bazzanella, 2022). O terceiro é o conceito de fronteira morta, que se refere a espaços onde a ausência de vitalidade social e institucional cria uma sensação de abandono e vulnerabilidade, intensificando a percepção de risco (Jacobs, 2011).

Esses conceitos nos permitem enxergar o Campus JU não somente como um espaço físico, mas como um território simbólico e afetivo, onde estatísticas, rotinas e percepções se cruzam para moldar a experiência de segurança e insegurança.

A hipótese é que a sensação de insegurança dos estudantes não se deve somente aos crimes registrados, mas a uma combinação de fatores ambientais, sociais e subjetivos. Acreditamos que a presença de áreas isoladas, a ineficiência do transporte público e a falta de políticas preventivas ampliam essa sensação, mesmo que os indicadores não evidenciem índices alarmantes. A discrepância entre os dados objetivos e as percepções subjetivas revela, portanto, não são só falhas na segurança, mas também como os estudantes interpretam sua vivência, transformando o campus em um território de tensão entre o sentimento de pertencimento e o medo

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

A justificativa da pesquisa é a necessidade de ir além das estatísticas para entender a segurança universitária, já que a permanência e a qualidade da vida acadêmica estão diretamente ligadas às percepções dos estudantes, por meio das quais foram identificados os pontos de insatisfação que nos levam à importância da expectativa de alcance de uma nova perspectiva local.

Assim, o estudo evidencia através da pesquisa descritivo-exploratória (Mahoney e Goertz, 2006) como as perspectivas objetivas e subjetivas se entrelaçam para criar um ambiente que pode tanto favorecer quanto dificultar a experiência universitária. Sua relevância científica está na contribuição para os estudos de segurança em espaços públicos e indicadores para análise de políticas públicas ao trazer a particularidade de um campus em uma cidade trinacional e considerar o modelo multicêntrico de políticas públicas conforme elaborado por Pires, Coelho e Secchi (2019).

Ao nível institucional, a pesquisa fornece subsídios para a universidade aprimorar suas políticas de prevenção e bem-estar estudantil e, sobretudo, qualificar a construção de indicadores de segurança, articulando dados objetivos (boletins do CAPE) e percepções subjetivas da comunidade acadêmica. Socialmente, o estudo gera reflexões que ultrapassam o campus, iluminando a relação entre juventude, espaço urbano e vulnerabilidade em um território marcado pela fronteira deserta, conceito mobilizado por Jacobs (2011).

O presente trabalho adotou a estratégia metodológica de estudo de caso para investigar em profundidade a sensação de insegurança no campus JU da UNILA. Segundo Yin (2001), o estudo de caso se caracteriza pelo exame aprofundado de um fenômeno em seu contexto real, permitindo um conhecimento amplo e pormenorizado da realidade e dos fenômenos pesquisados. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com utilização de técnicas qualitativas e quantitativas, delineado para compreender tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos da segurança no campus (Mahoney e Goertz, 2006).

Optou-se pelo desenho de estudo de caso, uma vez que o fenômeno observado (a segurança no campus) não pode ser separado de seu contexto (o ambiente urbano, as particularidades universitárias, as políticas de segurança, entre outros fatores). Assim, investigou-se em profundidade a realidade específica do campus e as adjacências urbanas.

Essa escolha permitiu abordar as particularidades locais, articulando conceitos urbanísticos para compreender como certas configurações espaciais

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

influenciaram a percepção de insegurança. Em especial, incorporou-se a concepção de fronteiras desertas proposta por Jacobs (2011), zonas urbanas inativas, inóspitas ou desertas entre diferentes áreas da cidade, como no entorno de grandes instalações de uso único, as quais atuam como barreiras que reduzem a vitalidade urbana e podem comprometer a segurança.

O planejamento da pesquisa foi organizado em etapas sequenciais de modo a assegurar a triangulação de fontes de evidências e a validade dos achados. Em primeiro lugar, procedeu-se a um levantamento bibliográfico e documental acerca de dois eixos principais: (a) estudos teóricos sobre insegurança urbana e vitalidade dos espaços públicos; e (b) informações históricas e urbanísticas de Foz do Iguaçu e do Campus JU, incluindo dados sobre o entorno físico, usos do solo e ocorrências de segurança relatadas.

Essa revisão inicial embasou conceitualmente a investigação e orientou a definição das técnicas de coleta de dados mais adequadas, além de propiciar a formulação de categorias de análise. Na etapa seguinte, delineou-se um plano de coleta de dados multimetodológico, visando captar o fenômeno da insegurança percebida de diferentes ângulos. Foram definidas três fontes principais de evidência empírica, integrando assim a triangulação: observação sistemática in loco, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Cada método foi planejado para cobrir aspectos complementares.

Do ponto de vista temático, foram selecionados os boletins que registravam especificamente os crimes de estupro de vulnerável, furto simples, furto qualificado, lesão corporal (incluindo naturezas grave e gravíssima), ameaça, dano, roubo, roubo agravado, roubo com resultado de lesão corporal grave e estupro ou atentado violento ao pudor, por se tratarem de ocorrências diretamente relacionadas ao cotidiano urbano e ao potencial de gerar sensação de insegurança. O tratamento e a sistematização dos dados foram realizados por meio dos programas Excel e Power BI, que permitiram organizar as informações por tipo de crime, ano e bairro, possibilitando a identificação de padrões temporais e espaciais na distribuição das ocorrências ao longo do período estudado.

Em seguida, foi elaborado um questionário destinado a estudantes, professores e técnicos que frequentavam o campus (Anexo B), com perguntas fechadas e abertas acerca da sensação de segurança no Campus JU e áreas fronteiriças ao campus. O instrumento foi elaborado com afirmações avaliadas por meio da escala de Likert,

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

permitindo que os respondentes expressassem diferentes graus de concordância ou discordância em relação a aspectos específicos do ambiente universitário.

O formulário foi disponibilizado de forma online, garantindo anonimato e acessibilidade aos participantes, e as 164 respostas obtidas foram organizadas para posterior análise estatística descritiva, visando identificar padrões de percepção, frequências e eventuais correlações entre os elementos subjetivos da insegurança e o espaço físico da universidade. Essa abordagem quantitativa complementou os dados objetivos e proporcionou um olhar ampliado sobre as dinâmicas de vulnerabilidade percebida pelos estudantes.

Por fim, planejou-se a realização de entrevista semiestruturada com servidores da Secretaria Institucional de Segurança da UNILA (Anexo A), a fim de aprofundar questões emergentes, que forneceram narrativas e percepções detalhadas do campus, enriquecendo a compreensão dos dados quantitativos e observacionais. No tocante às entrevistas, o planejamento contemplou a gravação em áudio e posterior transcrição integral, garantindo a confiabilidade na análise do conteúdo relatado pelos participantes.

Para a análise dos dados, adotou-se uma estratégia de triangulação convergente, no qual os diferentes conjuntos de evidências foram comparados e integrados. Inicialmente, os dados quantitativos dos questionários foram tratados estatisticamente em termos descritivos, como índices de violência por local, fornecendo um panorama dos pontos críticos de insegurança percebida.

A análise das respostas abertas obtidas no formulário e da entrevista com a secretaria de segurança institucional da UNILA, foi realizada por meio da técnica de Análise Temática (AT), conforme sistematizada por Dias e Mishima (2023). A escolha por esse método se justifica por sua flexibilidade e aplicabilidade em pesquisas qualitativas conduzidas por pesquisadores em formação, como o caso deste trabalho.

A proposta apresentada pelas autoras se destaca por tornar o processo de análise mais acessível e sistematizado, mesmo quando realizado fora de software especializado, e por oferecer um roteiro prático de sete etapas que favorece tanto a leitura vertical quanto a leitura horizontal dos dados.

A triangulação efetivou-se quando esses três eixos analíticos - observacional, quantitativo e qualitativo - foram colocados em diálogo. Buscou-se verificar a convergência das evidências. As imagens da fronteira deserta e da baixa vitalidade urbana no entorno do Jardim Universitário encontram eco tanto na distribuição territorial

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

dos boletins de ocorrência quanto nas percepções de insegurança relatadas pelos estudantes, especialmente em trajetos a pé e pontos de ônibus.

Ao mesmo tempo, o desenho metodológico assumiu explicitamente seus limites: a dependência de registros oficiais sujeitos à subnotificação, a necessidade de depuração da base do CAPE, a amostra de 164 respondentes com margem de erro[2] aproximada de 7% e a impossibilidade de abarcar toda a complexidade da experiência urbana em Foz do Iguaçu.

Ainda assim, ao articular indicadores estatísticos, observação do território e vozes da comunidade acadêmica, a pesquisa constrói um diagnóstico situado e consistente, capaz de iluminar como contexto urbano, desenho institucional e trajetórias estudantis se entrecruzam na produção da sensação de insegurança no campus JU.

[2]O cálculo da margem de erro da amostra foi realizado com o auxílio da ferramenta *Margin of Error Calculator*, disponibilizada pela plataforma SurveyMonkey, disponível em: https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/. Acesso em: 29 nov. 2025.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

3 O CONCEITO DE SEGURANÇA: DA ABORDAGEM OBJETIVA À SUBJETIVA

Este estudo parte da compreensão de que a segurança pública, conforme construída a partir da análise dos planos nacionais e da literatura crítica, deve ser entendida como uma condição sociopolítica garantida constitucionalmente, que envolve o direito de existir, circular e pertencer aos espaços urbanos com dignidade e liberdade.

Ela é um bem público, construído de forma interinstitucional e coletiva, que ultrapassa a lógica repressiva e se ancora na promoção ativa de justiça, equidade e proteção social. Sua efetivação exige políticas públicas integradas, continuidade institucional e escuta cidadã, reconhecendo que a segurança é vivida tanto objetivamente quanto subjetivamente nos territórios (Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues, 2021).

Spaniol et al. (2020) afirmam que a formulação do Plano Nacional de Segurança Pública de 2003, intitulado *Projeto Segurança Pública para o Brasil*, marcou uma tentativa significativa de reorientar a política de segurança pública no país, articulando a partir de uma concepção cidadã e democrática.

Ao reconhecer a segurança como direito universal, o plano reafirmava a necessidade de políticas que superassem o viés exclusivamente repressivo, propondo um modelo intersetorial, preventivo e comprometido com a justiça social (Spaniol et al. 2020). Nesse contexto, a definição de segurança pública expressa no documento ganha centralidade ao refletir não somente um ideal normativo, mas também uma diretriz ética para a ação estatal.

> “Segurança é um bem por excelência democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, que constitui direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós. Como a vida é o bem mais precioso, os crimes letais são os mais nefastos. Dado que se concentra na juventude pobre, protegê-la constitui a tarefa prioritária de uma política consequente de segurança pública. Identificar a prioridade não implica negligenciar outros grupos sociais ou outros tipos de delito. Significa selecionar o núcleo sobre o qual devem incidir os principais esforços.” (Spaniol et al. 2020 apud Brasil, 2003)

A segurança pública, no contexto brasileiro pós-redemocratização, tem sido objeto de múltiplas tentativas de conceituação, formulação e institucionalização ao longo das últimas décadas (Spaniol et al. 2020). Embora prevista como direito fundamental no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, sua definição prática tem oscilado entre abordagens meramente repressivas e concepções mais amplas, voltadas à cidadania.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Essa ambiguidade se expressa na própria configuração do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e nos sucessivos planos nacionais, que ora investem em estratégias integradas e preventivas, ora se retraem em respostas imediatistas e descontinuadas (Spaniol et al. 2020). O que se evidencia, portanto, é que a segurança permanece tensionada entre ser um ideal normativo de proteção e um instrumento político de controle.

A leitura crítica dos Planos Nacionais de Segurança Pública (1991, 2000 e 2003), do Pronasci (2007) e do Plano Decenal 2018–2028, feita por Spaniol et al. (2020), revela que, embora haja avanços normativos e estruturais, como o reconhecimento da segurança como um bem público e o fortalecimento de políticas intersetoriais, o campo continua marcado pela fragmentação e pela descontinuidade.

A cada novo ciclo governamental, estratégias anteriores são abandonadas ou desarticuladas, impedindo que ações estruturantes tenham continuidade e eficácia a médio e longo prazo. Isso compromete diretamente a capacidade do Estado de produzir segurança de forma estável, transparente e democrática (Spaniol et al. 2020).

Na perspectiva teórica adotada neste trabalho, segurança não é entendida apenas como ausência de crime, mas como uma condição sociopolítica que deve garantir o direito de existir e circular nos territórios urbanos com liberdade e dignidade.

Trata-se de uma ideia que se ancora não somente na repressão e na contenção da violência, mas na promoção ativa de justiça, pertencimento e bem-estar coletivo. A segurança, nesse sentido, não pode ser tratada como um bem ofertado exclusivamente pelas forças policiais, mas como um processo construído a partir do compromisso interinstitucional, da escuta aos territórios e da incorporação da participação cidadã nas decisões que dizem respeito ao viver urbano (Spaniol et al. 2020).

Assumir essa concepção é fundamental para a leitura crítica do espaço universitário como território de disputas e desigualdades. A segurança no campus não se resume à presença de vigilantes ou de câmeras de monitoramento: ela se relaciona à forma como os sujeitos percebem o espaço, constroem vínculos e sentem-se protegidos ou expostos nas dinâmicas do cotidiano (Castro, 2025).

A análise da segurança sob essa ótica exige, portanto, compreender que ela é tanto um direito constitucional quanto uma construção simbólica que se manifesta,

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

sobretudo, na confiança ou na falta dela que os sujeitos depositam nas instituições e nas relações que constroem no território (Castro, 2025).

3.1 QUANDO A SEGURANÇA VIRA INDICADOR: A DIMENSÃO OBJETIVA

Na perspectiva de Jannuzzi (2017), indicadores sociais são medidas construídas a partir de estatísticas públicas que procuram traduzir, em forma numérica, dimensões relevantes da realidade social. Entre eles, os objetivos correspondem aos indicadores ancorados em ocorrências concretas ou em atributos observáveis das condições de vida, como número de crimes registrados, taxa de homicídios, percentual de domicílios com acesso a serviços urbanos ou frequência escolar (Jannuzzi, 2005, 2017).

Embora trabalhem com dados “duros”, esses indicadores não são neutros: sua definição envolve escolhas teóricas, recortes territoriais, seleção de populações e de eventos considerados socialmente relevantes, refletindo valores e disputas sobre o que é entendido como problema público ou situação desejável (Guerra, 2023).

Do ponto de vista da formulação e análise de políticas públicas, os indicadores objetivos cumprem funções centrais: tornam problemas visíveis, permitem dimensionar sua magnitude, localizar territorialmente onde se concentram, acompanhar sua evolução no tempo e comparar grupos ou regiões (Jannuzzi, 2017). Em termos operacionais, são eles que orientam decisões de alocação de recursos, definição de prioridades e avaliação de resultados, funcionando como uma espécie de “linguagem comum” entre gestores, pesquisadores e sociedade.

No campo da segurança pública, por exemplo, séries históricas de boletins de ocorrência, taxas por tipo de crime e mapas de calor de incidentes permitem que o poder público identifique áreas críticas, monitore o efeito de intervenções e preste contas à população sobre a efetividade de suas ações.

Para além de seu caráter técnico, Jannuzzi (2017) enfatiza que indicadores objetivos contribuem para estabilizar diagnósticos em contextos marcados por percepções difusas ou disputas narrativas sobre a gravidade de certos problemas. Ao transformar registros administrativos em medidas comparáveis, eles ajudam a qualificar o debate público e a ancorar o ciclo de políticas em evidências, sem, contudo, esgotar a compreensão da realidade. É justamente nessa chave que se insere este trabalho, que toma os registros criminais e demais dados administrativos como indicadores objetivos da

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

situação de segurança no entorno da UNILA, mas reconhece que eles precisam ser articulados a outros tipos de informação para o diagnóstico ser mais completo.

O trabalho testou esse pressuposto por meio de um estudo de caso sobre segurança pública na UNILA. Nesse sentido, a pesquisa foi guiada à luz da importância da construção de políticas públicas pela perspectiva multicêntrica, ou seja, da importância da percepção e participação social na construção de políticas públicas (Coelho; Pires; Secchi, 2019).

Guerra (2023) critica a apropriação superficial e instrumentalizada do conceito de segurança, muitas vezes utilizada para justificar estruturas institucionais ou estratégias de controle social, e propõe sua clarificação a partir da relação direta com o risco e o bem-estar humano. Tal perspectiva destaca que a segurança objetiva se constitui na capacidade de controle, redução ou supressão de riscos concretos, sendo o risco, por sua vez, definido como um potencial previsível de dano que pode ser racionalmente calculado e prevenido (Guerra, 2023).

Essa abordagem desloca o debate da segurança como mera ação estatal repressiva para uma análise mais ampla, no qual o foco está na estruturação de condições sociais capazes de promover bem-estar coletivo, previsibilidade e ordem mínima. Assim, segurança passa a ser entendida como uma dimensão do desenvolvimento humano, diretamente relacionada à proteção de direitos, à oferta de recursos e à prevenção de eventos danosos e não somente como ausência de crimes (Spaniol et al. 2020).

Guerra (2023) observa que os discursos alarmistas e a instrumentalização política do medo produzem um ambiente de insegurança simbólica, em que a ideia de proteção é comercializada como bem escasso e de valor estratégico. Ao mesmo tempo, essa segurança objetiva, voltada à mensuração e ao controle de riscos identificáveis, precisa ser distinguida da segurança subjetiva, que será discutida em seguida, pois, embora estejam articuladas, operam em registros distintos da experiência social (Guerra, 2023).

Quanto à segurança pública, Spaniol et al. (2020) argumentam que os indicadores de segurança objetiva são, em primeiro lugar, aqueles que mensuram diretamente a violência registrada, com destaque para a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, consolidada como o principal parâmetro epidemiológico de gravidade do problema.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

A esse núcleo somam-se outros indicadores de criminalidade letal e violenta, como crimes contra o patrimônio, feminicídios, violência contra a mulher, narcotráfico, crime organizado, delitos transfronteiriços, corrupção e tráfico de armas e drogas, que permitem captar a distribuição e a especialização da violência em determinados grupos populacionais e territórios (Spaniol et al. 2020).

Contudo, os estudos de Spaniol et al. (2020) sobre os Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública indicam que medir segurança objetiva não se resume a contar crimes: os planos mais recentes incorporam indicadores institucionais e de gestão, como disponibilidade, padronização e confiabilidade dos dados, condições do sistema prisional (superlotação, separação de presos, acesso à educação, qualificação e trabalho), capacidade de controle territorial (aparelhamento das polícias, controle de fronteiras, portos e aeroportos, serviços de inteligência e perícia) e qualificação profissional dos agentes.

Ademais, ao reconhecer a natureza multicausal da violência, o planejamento começa a ativar indicadores relacionados ao ambiente social e urbano, relacionados à disponibilidade de educação, saúde, lazer, cultura, políticas sociais de prevenção e intervenções de reestruturação urbana e reforço da atuação municipal, para avaliar o quanto o território possui serviços e infraestrutura aptos a prevenir delitos e minimizar perigos (Spaniol et al. 2020).

Assim, os principais indicadores de segurança objetiva combinam taxas e tipos de criminalidade com métricas sobre a capacidade estatal e a estrutura socioespacial disponível, deslocando o foco de uma visão exclusivamente repressiva para uma leitura mais ampla da segurança como resultado de políticas integradas e intersetoriais

Segundo Guerra (2014), segurança se refere à gestão, diminuição ou eliminação de perigos que possam comprometer uma vida digna. Isso inclui não somente a violência e a criminalidade, mas também a disponibilidade de recursos fundamentais, serviços públicos, governança eficaz e o conjunto de aspectos relacionados à Segurança Humana, como saúde, educação, ambiente seguro, entre outros.

Em perspectiva complementar, Spaniol et al. (2020), ao analisarem os Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública no período pós-redemocratização, mostram que uma visão mais objetiva da segurança depende de diagnósticos rigorosos, de planejamento tecnicamente consistente e de respostas estatais integradas, que articulem reforma institucional, governança, sistema prisional, controle de fronteiras e

Versão Final Publicada
25/12/2025 17:17

políticas sociais em áreas como educação, saúde, lazer, cultura e reorganização urbanística.

Assim, tanto na definição conceitual de Guerra quanto na análise do planejamento da segurança pública de Spaniol et al., segurança objetiva envolve simultaneamente a redução de ameaças e a presença efetiva de instituições, serviços e infraestrutura capazes de sustentar, de forma estável, as condições concretas de vida da população.

3.2 MEDO, PERCEPÇÃO E COTIDIANO: A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

Na perspectiva de Jannuzzi (2017), os indicadores subjetivos dizem respeito às percepções, avaliações e julgamentos que os próprios indivíduos fazem sobre sua realidade, seus direitos e suas condições de vida. Em vez de registrarem “o que aconteceu” em termos de eventos concretos, eles captam “como isso é vivido e interpretado” pelos sujeitos. São construídos, em geral, a partir de surveys, escalas de opinião, perguntas sobre satisfação, medo, confiança ou sensação de bem-estar, traduzindo em medidas sistemáticas dimensões que não aparecem diretamente nos registros administrativos (Jannuzzi, 2005, 2017).

No campo da segurança pública, isso inclui, por exemplo, o medo do crime, o sentimento de proteção ou abandono, o grau de confiança nas instituições e a decisão de evitar certos lugares ou horários, ainda que as estatísticas criminais não indiquem alta incidência de delitos. Jannuzzi (2017) enfatiza que esses indicadores subjetivos são particularmente relevantes em políticas públicas porque ajudam a revelar o “lado vivido” dos problemas coletivos, isto é, como diferentes grupos sociais experimentam, reconhecem ou negam determinada situação como problemática.

Esses indicadores permitem identificar descompassos entre a provisão formal de serviços e a sua apropriação pela população, bem como entre baixos níveis “objetivos” de ocorrência e altos níveis de preocupação ou medo. Do ponto de vista analítico, isso significa que a avaliação de uma política ou de um território não pode se limitar a contar eventos, sendo necessário também perguntar como as pessoas percebem sua própria segurança, se confiam nas instâncias responsáveis e se se sentem, de fato, protegidas (Jannuzzi, 2017).

É nesse enquadramento que os indicadores subjetivos assumem centralidade no presente trabalho. Ao serem articulados aos indicadores objetivos derivados dos dados do CAPE, os indicadores subjetivos permitem qualificar o

Versão Final Como Legenda
25/12/2025 17:17

diagnóstico da segurança enquanto problema público: não apenas quantos crimes ocorrem e onde, mas como a comunidade acadêmica sente, interpreta e responde a esse contexto em termos de medo, confiança e uso do espaço urbano.

Em Guerra (2023), a segurança objetiva aparece como um produto artificial, como resultado de decisões políticas, organização institucional e do uso do poder soberano para instaurar ordem, regular condutas e administrar riscos. Trata-se, portanto, de um bem produzido por estruturas formais: leis, forças de segurança, políticas sociais, sistemas de justiça, mecanismos de governança e instrumentos de gestão que buscam controlar ameaças e proteger condições mínimas de vida digna.

Spaniol et al. (2020) convergem com essa leitura ao mostrarem que, no caso brasileiro, a segurança pública é operacionalizada por meio de planos e programas nacionais, metas quantificáveis (como redução de homicídios) e arranjos intersetoriais que articulam repressão, prevenção e políticas sociais, ou seja, trata-se de uma política de Estado, com objetivos, instrumentos e responsabilidades claramente definidos.

Já a sensação de segurança situa-se em outro plano analítico: o das percepções, expectativas e interpretações que a população constrói sobre o quanto se sente protegida ou desprotegida.

Segundo Guerra (2023), essa dimensão aparece como inerentemente instável e facilmente manipulável: a insegurança é apresentada como condição de fundo da existência humana, que pode ser amplificada por discursos políticos, midiáticos e mercadológicos que enfatizam perigos, exploram medos e transformam a segurança em bem a ser ofertado.

Spaniol et al. (2020), por sua vez, mostram que a percepção de segurança começa a ser reconhecida pelos próprios planos nacionais como um objetivo específico, distinto da simples redução das taxas criminais: elevar a confiança da população, a visibilidade da presença estatal e a sensação de justiça passa a ser uma meta própria, avaliada separadamente dos indicadores de violência letal.

Assim, enquanto a segurança pública diz respeito às políticas, estruturas e resultados objetivos do Estado, a sensação de segurança refere-se ao modo como essas ações são percebidas, simbolizadas e vividas pela sociedade, podendo divergir significativamente da realidade estatística (Spaniol et al. 2020).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

A sensação de insegurança ou medo do crime é compreendida como um fenômeno essencialmente subjetivo, que combina medo real, ansiedade difusa e percepção de risco, e que não se confunde de forma automática com a incidência objetiva de delitos. Em Bazzanella e Bazzanella (2022), o medo aparece, a partir de Bauman, como uma condição constitutiva da vida humana e da experiência urbana: ele expressa tanto a fragilidade existencial diante de ameaças à vida quanto a insegurança produzida pelas próprias formas de organização social, normas e instituições.

Nesse sentido, o “medo do crime” não é somente reação pontual a um evento violento, mas um estado de vulnerabilidade percebida, alimentado por discursos, mídia e pela chamada “política do medo cotidiano”, que converte a insegurança social em preocupação permanente com a segurança pessoal (Bazzanella e Bazzanella, 2022).

Já Cardoso e Rennó (2019) tratam o medo do crime como um estressor ambiental ligado à experiência concreta dos espaços urbanos, especialmente no caso das mulheres. A sensação de insegurança é definida como uma percepção antecipatória de vitimização, que pode decorrer tanto de experiências diretas de violência quanto da simples possibilidade imaginada de sofrer um crime no futuro (Cardoso; Rennó, 2019).

Nessa abordagem, o medo do crime é uma percepção de risco que influencia comportamentos, por exemplo, evitar determinados caminhos, deixar de circular em certos horários ou abdicar do direito de ir e vir, e pode ser modificada por alterações no ambiente físico, como melhoria da iluminação pública, aumento da visibilidade e presença de outros usuários, mesmo quando as taxas de criminalidade permanecem estáveis (Cardoso; Rennó, 2019).

De modo complementar, Albieri et al. (2023) mostram que a sensação de segurança nas rotas de acesso a instituições de ensino superior está diretamente vinculada às características da infraestrutura urbana e de mobilidade ativa: trajetos com capim alto, ausência de edificações, grandes vazios urbanos e travessias perigosas tendem a produzir maior sensação de insegurança, ao passo que elementos como faixas de pedestre, sinalização, pontos de ônibus com abrigo e mecanismos de controle de velocidade contribuem para aumentar a percepção de segurança e conforto dos usuários.

Assim, em conjunto, esses autores caminham para a ideia de que a sensação de insegurança não é somente medo real diante de um crime efetivo, mas sobretudo uma ansiedade difusa e contextualizada, ancorada na leitura que os indivíduos fazem do ambiente e das relações sociais, isto é, uma percepção de risco que pode se

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

manter elevada mesmo em contextos onde os indicadores objetivos de violência são relativamente baixo.

No plano ambiental, a literatura destaca que determinados atributos físicos do espaço urbano aparecem recorrentemente associados ao aumento da sensação de insegurança, não porque constituam, por si só com eventos de risco, mas porque funcionam como sinais perceptuais que orientam cognitivamente a antecipação do perigo.

A partir desse entendimento, elementos como iluminação insuficiente, presença de sombras e penumbras, baixa visibilidade, pontos cegos, mato alto, muros extensos, terrenos baldios, ausência de vitalidade urbana e pouca circulação de pessoas atuam como estímulos simbólicos que reforçam a percepção de vulnerabilidade (Bazzanella; Bazzanella, 2022).

Esses espaços são interpretados pelos usuários como ambientes com reduzida capacidade de vigilância natural, nos quais a identificação de ameaças se dificulta, e a possibilidade de solicitar ajuda é percebida como menor.

Já o medo do crime demonstra que a sensação de insegurança resulta tanto da interação do indivíduo com esses sinais físicos quanto das emoções e expectativas que eles desencadeiam. Ambientes monótonos, mal cuidados ou com sinais de degradação material evocam a impressão de abandono estatal e, portanto, de fragilidade das proteções institucionais, conectando-se diretamente às dinâmicas descritas por Guerra (2023) sobre a vulnerabilidade percebida em contextos nos quais o controlo dos riscos não é reconhecido pelo indivíduo.

Ao mesmo tempo, pesquisas empíricas demonstram que a ausência de fluxo de pessoas, a baixa vitalidade urbana e a falta de diversidade de usos do espaço urbano, são alguns dos fatores mais associados ao medo (Cardoso; Rennó, 2019), como percursos vazios reduzem oportunidades de vigilância informal e ampliam o sentimento de isolamento, especialmente no período noturno. Do mesmo modo, estudos sobre mobilidade e caminhabilidade demonstram que rotas com pouca visibilidade lateral, descontinuidade das fachadas e obstáculos visuais reforçam a leitura de risco, sobretudo entre mulheres e estudantes (Albieri et al., 2021).

Esses elementos ambientais se articulam ainda com fatores socioculturais discutidos pela literatura: mulheres, jovens e grupos vulnerabilizados tendem a perceber com maior intensidade a insegurança em espaços onde o território apresenta pouca

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

iluminação, baixa manutenção e sinais de desordem, tendência recorrente nos estudos de gênero e mobilidade urbana (Bazzanella e Bazzanella, 2022; Albieri et al., 2021). Da mesma forma, regiões marcadas pela segregação socioespacial, pela estigmatização da pobreza ou pela presença de *refugos humanos*[3] reforçam a leitura de risco e de abandono institucional, alimentando uma percepção generalizada de intranquilidade.

Assim, os estudos afluem em demonstrar que a sensação de insegurança emerge de uma combinação entre as condições objetivas do ambiente físico e as interpretações subjetivas que os indivíduos fazem desses sinais, de modo que a qualidade do espaço urbano em sua iluminação, manutenção, vitalidade, visibilidade e circulação, desempenham papel central na forma como estudantes, moradores e usuários percebem sua própria segurança.

A esse respeito, Sousa (2013) apresenta uma distinção fundamental entre indicadores objetivos e subjetivos. Enquanto o primeiro refere-se a eventos concretos e quantificáveis da realidade social, como os índices de criminalidade registrados nos boletins de ocorrência, o segundo diz respeito à percepção, opinião ou sentimento dos indivíduos, captados por meio de pesquisas qualitativas, entrevistas ou questionários.

Essa distinção permite compreender que nem sempre há correlação direta entre a realidade empírica e a percepção coletiva, pois mesmo em contextos onde os dados objetivos apontam para queda da violência, a sensação de insegurança pode permanecer elevada. Essa aparente dissonância evidencia que a segurança vivida cotidianamente pelas pessoas não depende somente dos indicadores formais, mas de múltiplos fatores simbólicos, afetivos e territoriais.

Na prática, o uso combinado desses dois tipos de indicadores é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes e sensíveis às realidades locais, por permitir não apenas mapear a distribuição do risco, mas também a forma como esse risco é interpretado e vivenciado pelos sujeitos sociais. Como destaca Sousa (2013), os indicadores não devem somente descrever a realidade, mas também qualificá-la, servindo como base para decisões que considerem tanto os dados mensuráveis quanto os aspectos subjetivos da experiência urbana.

[3] Refugos humanos é uma expressão utilizada por Bazzanella e Bazzanella (2022) para designar indivíduos que, nas sociedades contemporâneas marcadas pela lógica da plena produção e do pleno consumo, tornam-se vidas descartáveis, pessoas lançadas às margens do mercado e da cidadania, destituída de direitos e reconhecimento político. Trata-se, portanto, de sujeitos considerados excedentes pela racionalidade econômica e governamental que opera sob estados de exceção permanentes, produzindo classificações de vidas úteis e vidas descartáveis.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

3.3 ENTRE FRONTEIRAS DESERTAS E OLHOS DA RUA: MEDO DO CRIME NA CIDADE

A discussão sobre esses atributos físicos do espaço urbano pode ser aprofundada a partir do conceito de fronteira deserta formulado por Jacobs (2011). Em sua crítica ao urbanismo modernista, Jacobs identifica que grandes estruturas monofuncionais como eixos viários, muros extensos, estacionamentos e terrenos baldios operam como barreiras físicas e simbólicas, inibindo a continuidade do fluxo de pedestres e enfraquecendo a vigilância informal exercida pelos *olhos da rua*[4]. A literatura ainda aponta que esses espaços tendem a ser percebidos como inseguros justamente por reunirem baixa vitalidade urbana, pouca visibilidade, penumbra e sensação de isolamento (Jacobs, 2011; Spaniol et al., 2020).

Ao mesmo tempo, os dados sobre a construção espacial de Foz do Iguaçu mostram como a cidade se estruturou em padrões fragmentados e desiguais desde a década de 1970. Conforme Andrade (2022), a implantação de Itaipu e a expansão urbana associada geraram uma malha com subcentros isolados, segregação socioespacial e áreas desassistidas por investimentos urbanos. Essas dinâmicas produziram uma dualidade evidente: de um lado, a cidade turística sinalizada e protegida; de outro, a cidade de moradores periféricos, muitas vezes invisibilizada pelas políticas públicas (Andrade, 2022).

Essa lógica também é reveladora quando associada à literatura sobre indicadores. Segundo Sousa (2013), os indicadores objetivos, baseados em estatísticas criminais e registros oficiais, não dão conta, por si só, de capturar a complexidade da experiência urbana. É necessário incorporar indicadores subjetivos, como as percepções de risco e medo da população, que se expressam de modo mais agudo em áreas onde o ambiente físico sugere abandono e a presença estatal parece rarefeita (Guerra, 2023).

Assim, as fronteiras desertas, ao impossibilitarem o uso cotidiano seguro dos espaços, operam como catalisadores de insegurança sentida, ainda que os dados objetivos não registrem ocorrências frequentes. Além de operar como dispositivos simbólicos de insegurança, as chamadas fronteiras desertas evidenciam também os efeitos de uma urbanização fragmentada, como a construção espacial de Foz do Iguaçu.

[4] Olhos da rua, é um conceito formulado por Jane Jacobs, refere-se à presença constante de pessoas observando o espaço público, moradores, comerciantes, transeuntes, gerando vigilância informal e aumenta a sensação de segurança. Para a autora, ruas com usos variados, fachadas ativas e circulação contínua produzem um ambiente onde há sempre olhos naturais a observar, reduzindo oportunidades para o crime (Jacobs, 2011).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Conforme Andrade (2022), o crescimento acelerado da cidade impulsionado pela instalação da usina de Itaipu produziu um tecido urbano marcado por profundas desigualdades socioespaciais e por zonas de urbanização descontínua. A segmentação territorial entre as vilas de Itaipu, os bairros populares da periferia e a “cidade para o turista” reforça a sensação de ruptura e descontinuidade, agravando as vulnerabilidades nas áreas onde o investimento público e o planejamento urbano foram historicamente negligenciados.

Essa configuração espacial fragmentada não apenas compromete a fluidez da vida urbana, como também alimenta os vazios funcionais que Jacobs (2011) associava à ausência de vitalidade e vigilância natural. Em Foz do Iguaçu, os grandes lotes ociosos, as vias de circulação intensiva sem uso misto e os estacionamentos vazios em zonas de fronteira de bairros, especialmente nos entornos da Ponte da Amizade e dos campi universitários da UNILA JU e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), materializam essas descontinuidades (Andrade, 2022).

Esses espaços, embora centrais em termos de fluxo regional, tornam-se periferias simbólicas: áreas centrais fisicamente acessíveis, mas socialmente negligenciadas, intensificando a percepção de risco.

O processo de urbanização descrito por Andrade (2022) também aponta para a formação de subcentros periféricos, como Três Lagoas e Cidade Nova, que surgem em resposta à ocupação desordenada e à expulsão das populações de baixa renda para áreas distantes do centro consolidado.

A ausência de integração efetiva entre esses núcleos e o restante da malha urbana contribui para a ampliação das fronteiras desertas, pois essas áreas são raramente conectadas por corredores ativos, usos mistos ou equipamentos públicos que promovam vitalidade. Em vez disso, a cidade apresenta bolsões de intensa atividade comercial e turística, cercados por regiões com baixo dinamismo e fraca presença estatal (Andrade, 2022).

A singularidade geográfica de Foz do Iguaçu, marcada pelo encontro de três países e a proximidade com o Parque Nacional (Andrade, 2022), aliada ao conhecimento oral da região sobre a história pré-Itaipu que narra a usurpação do território indígena pelo exército e sua concretização com o uso para a construção da barragem em pleno regime militar, impõe desafios únicos ao desenho urbano e à sensação de segurança. Ao considerar a lógica de Jacobs (2011), essa composição natural e política

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

opera como uma estrutura limitadora que, somada às escolhas de planejamento induzidos por Itaipu, favoreceu o desenvolvimento de *ilhas urbanas*[5] com baixa permeabilidade.

Os bairros distantes ou de fronteira, mesmo integrados a uma malha rodoviária ativa, carecem de vitalidade urbana e conexão visual, aspectos centrais no modelo de cidade viva defendido por Jacobs (2011). Essa urbanização descontinuada gerou uma rede de subcentros que, embora atenda a dinâmicas locais (Andrade, 2022), contribui para um sentimento difuso de dispersão e fragilidade coletiva.

Nas palavras de Jacobs (2011), a força de uma cidade reside na diversidade e na possibilidade de encontros imprevisíveis, algo dificultado em um tecido urbano marcado por enclaves autossuficientes. Em Foz, muitos desses subcentros, como Três Lagoas ou Vila Portes, surgem como polos de atividade, mas também como fronteiras invisíveis, onde a presença do Estado oscila e a vigilância natural é intermitente.

Para Jacobs (2011), a vitalidade urbana, depende justamente da diversidade de usos, da presença contínua de pessoas e de uma malha urbana que convide à permanência. Quando esses elementos estão ausentes, como nas fronteiras desertas ou em bairros de uso único e circulação esporádica, o espaço perde sua função de palco para a vida urbana.

Foz do Iguaçu, ao privilegiar determinados eixos turísticos em detrimento de zonas de intercâmbio popular e de vivência cotidiana, enfraquece a vitalidade em áreas que deveriam ser centrais para a integração urbana. A ausência de vitalidade não é neutra: ela reforça a percepção de abandono, desvaloriza o entorno e alimenta sentimentos de insegurança (Spanio et al., 2020), especialmente entre estudantes e moradores de áreas periféricas.

A área do Jardim Universitário, onde se localiza o campus da UNILA, apresenta um padrão espacial caracterizado pela baixa diversidade de usos e pela fragmentação do tecido urbano. O solo é predominantemente ocupado por lotes vazios ou edificações isoladas, sem presença de comércio local, serviços ou elementos de convivência cotidiana que permitam a circulação ativa de pessoas. Conforme mostra figura 1:

[5] ilhas urbanas descreve trechos da cidade que, pela ausência de usos variados, baixa circulação de pessoas ou grandes interrupções no tecido urbano (como terrenos vazios, vias de tráfego rápido ou quarteirões monofuncionais), tornam-se áreas isoladas. Esses pontos perdem vitalidade e conexão com o entorno, reduzindo a presença de olhos da rua e favorece a sensação de insegurança (Jacobs, 2011).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Fotografia 1 – Bairro Polo Universitário

Fonte: Google Maps (2025)

Apesar da presença da Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, uma via estrutural da cidade, a conectividade urbana se dá de forma viária, e não vivencial: os fluxos são de passagem, sem trocas ou permanência. Como resultado, os deslocamentos cotidianos da comunidade acadêmica se dão em trajetos extensos, monótonos e sem transições graduais com o entorno, revelando uma paisagem urbana marcada por vazios funcionais e ausência de vitalidade.

Nesse contexto, o campus se insere em um território que carece dos atributos urbanos que Jacobs (2011), considera essenciais para a vida nas ruas: diversidade, continuidade, presença de pessoas e, por isso, torna-se especialmente vulnerável à produção e à sensação de insegurança.

A localização da UNILA JU no bairro Jardim Universitário, em uma área marcada pelo uso monofuncional do solo, com longos trechos de lotes vazios, monocultura e quase nenhuma atividade urbana cotidiana, cercado por construções de novos bairros, zona curta de mata fechada e uma ocupação em um prédio outrora abandonado nas proximidades da UNILA JU, aproxima-se do que Jacobs denomina fronteira deserta, isto é, porções da cidade em que grandes vazios, barreiras físicas e baixa mistura de usos interrompem a continuidade da vida urbana e enfraquecem a presença de pessoas nas ruas (Jacobs, 2011).

No caso específico do entorno do campus JU, a própria Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, ainda que funcione como um eixo viário estruturante, não produz uma

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

conexão urbana efetiva: de um lado, a ausência de calçadas; de outro, uma ciclofaixa ladeada por terrenos pouco ativos, sem comércios, serviços ou fachadas habitadas, resultando em um percurso pouco movimentado, com escassos olhos da rua e baixa vigilância natural

Mesmo em distâncias relativamente curtas, aproximadamente 1,4 km até o Condomínio Terra Nova e cerca de 650 metros até o Jardim Evangélico, conforme estimativas de rota obtidas no Google Maps, a travessia entre o campus e esses espaços residenciais é mediada por um tecido urbano fragmentado, com pouca vitalidade e sensação de isolamento que se intensifica ainda mais no período noturno.

Essa combinação de descontinuidade física, rarefação de usos e circulação restrita produz uma vulnerabilidade espacial que contribui diretamente para intensificar a sensação de insegurança entre os sujeitos que precisam se deslocar cotidianamente por esse trajeto.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

4 ESTUDO DE CASO: SEGURANÇA NO CAMPUS JU DA UNILA

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, foi criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, com a missão de articular ensino, pesquisa e extensão em uma perspectiva voltada à integração latino-americana, com ênfase especial na formação crítica, no intercâmbio cultural e científico e no desenvolvimento regional no âmbito do Mercosul (UNILA, 2022).

No momento, de acordo com dados institucionais de 2024, a universidade reúne 3.860 estudantes de 36 nacionalidades, distribuídos em quatro unidades acadêmicas localizadas na região norte de Foz do Iguaçu (UNILA, 2022), uma vez que ainda não dispõe de um campus central unificado capaz de concentrar toda a comunidade discente.

Esse arranjo espacial fragmentado, somado ao projeto político-pedagógico voltado à integração regional, produz uma experiência universitária atravessada por deslocamentos cotidianos e pela convivência entre diferentes grupos sociais e nacionais em um território urbano complexo.

Ao mesmo tempo, a cidade que acolhe essa universidade guarda uma realidade de segurança pública que tensiona o ideal de integração e acolhimento. Foz do Iguaçu, com 285.415 habitantes segundo o IBGE (2022), apresenta uma diversidade de contextos sociais e territoriais marcada por contrastes importantes. Enquanto isso, o relatório estatístico criminal de 2025 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, registrou 8.136 boletins de ocorrência no município de Foz do Iguaçu até outubro deste mesmo ano (Paraná, 2025).

Esses dados ajudam a compreender que a experiência de viver, estudar e circular pela cidade é atravessada por riscos objetivos que dialogam diretamente com a construção da sensação de segurança ou insegurança por parte dos estudantes.

Essa realidade criminal se manifesta particularmente nos arredores dos campi universitários. Nos anos de 2016 e 2017, matérias veiculadas por meios de comunicação locais registram ondas de assaltos e furtos envolvendo estudantes da UNILA e também da UNIOESTE, cuja unidade universitária é vizinha ao campus JU (Rádio Cultura Foz do Iguaçu, 2016; Portal da Cidade, 2017).

Os relatos não se restringem aos trajetos imediatos de entrada e saída, mas incluem invasões a residências estudantis, abordagens em pontos de ônibus e

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ataques em vias pouco movimentadas, o que levou, em determinados momentos, à paralisação de atividades e à organização de mobilizações estudantis por mais segurança.

Ainda que iniciativas pontuais tenham sido propostas, como a indicação n.º 1380/2022, em que o então vereador Kalito Stoeckl e a indicação n.° 1458/2023 da vereadora Yasmin Hachem solicitando a ampliação de rondas noturnas na região norte da cidade (Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 2022) e o reforço de segurança para a UNIOESTE E UNILA (Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 2023), a persistência dos casos e a percepção de vulnerabilidade por parte dos estudantes sugerem que tais medidas têm se mostrado insuficientes para alterar substantivamente o quadro.

Diante do crescente número de relatos produzidos pela comunidade acadêmica, a necessidade de aprofundar a investigação sobre a segurança no entorno da UNILA e na região norte de Foz do Iguaçu deixa de ser somente uma demanda localizada e configura um problema público em consolidação, que ultrapassa os limites físicos dos campi e alcança os espaços de moradia e circulação cotidiana dos estudantes.

Esse cenário envolve causas múltiplas e dimensões interdependentes, territoriais, institucionais e subjetivas que exigem um olhar alinhado ao diagnóstico de políticas públicas, no qual a primeira tarefa consiste em compreender quem são os sujeitos implicados, quais interesses mobilizam e que capacidades efetivas possuem para agir sobre o problema (Secchi, 2019).

Nesse sentido, o mapeamento de atores, apresentado na tabela 1, foi tomado como uma etapa analítica central: ao identificar a rede de stakeholders afetados ou interessados na questão, possibilita-se visualizar conflitos, convergências e assimetrias de poder que estruturam o modo como a insegurança é percebida, problematizada e, potencialmente, enfrentada no território.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Tabela 1: Mapa de atores

Ator	Relação com o Problema	Perspectiva e Interesse
Estudantes	Vítimas das ações de violência e sensação de insegurança	Garantir que os direitos da população sejam cumpridos. Interesse na resolução do problema.
Professores	Vítimas das ações de violência e sensação de insegurança	Garantir que os direitos da população sejam cumpridos. Interesse na resolução do problema.
Técnicos Administrativos	Vítimas das ações de violência e sensação de insegurança	Garantir que os direitos da população sejam cumpridos. Interesse na resolução do problema.
Câmara Municipal	Fonte de Intervenção	Tentam intervir na ocorrência de situações de violência mediante diálogo estabelecido com os demais atores
Prefeitura Municipal	Fonte de Intervenção	Tentam intervir na ocorrência de situações de violência mediante diálogo estabelecido com os demais atores
Guarda Municipal	Fonte de mitigação do problema	Atuam para auxiliar no combate à insegurança ao redor dos campus
Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE)	Fonte de dados do problema	Banco de dados dos registros de ocorrências como as dos campi.

Fonte: elaboração própria

De acordo com Secchi (2020, p. 70), “um problema público está geralmente relacionado a um excesso, uma escassez ou um risco”. No caso da segurança nos campi universitários e, em particular, no entorno da UNILA JU, a configuração empírica observada se aproxima de uma interseção entre escassez e risco: de um lado, há carência de políticas públicas consistentes e continuadas de segurança voltadas à região; de outro, acumula-se um conjunto de situações que ampliam a exposição cotidiana de estudantes, trabalhadores e moradores a eventos potencialmente danosos.

A combinação entre escassez de respostas institucionais e risco percebido alimentado por narrativas recorrentes de assaltos, furtos e abordagens violentas, contribui para consolidar a insegurança como problema público (Secchi, 2020),

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

afetando não somente a experiência acadêmica, mas também o bem-estar físico e psicológico da comunidade universitária (Castro, 2025), a imagem da instituição e a atratividade da própria cidade enquanto polo de formação e integração latino-americana.

Do ponto de vista jurídico-institucional, essa problemática se insere em um arcabouço normativo que define a segurança pública como dever do Estado, direito de todos e responsabilidade compartilhada. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 144, que a segurança pública é exercida “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, distribuindo competências entre diferentes órgãos policiais (Brasil, 1988).

Em complemento, a Lei nº 13.675/2018 institui o SUSP e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, reforçam a necessidade de ações integradas, coordenadas e orientadas por diagnósticos, planos e pactuações federativas (Brasil, 2018). Nesse marco, a violência e a criminalidade deixam de ser tratadas somente como questões setoriais e integram um sistema que articula União, estados, Distrito Federal e municípios, abrindo espaço, para o reconhecimento de territórios específicos, como o entorno de campi universitários, como áreas prioritárias de atuação.

Inserida nesse contexto, a UNILA também se torna um ator relevante na rede de responsabilização, ainda que não detenha competência policial. Enquanto instituição pública federal que reúne milhares de estudantes, docentes, técnicos e terceirizados em unidades localizadas em uma região urbana marcada por fronteiras desertas e baixa vitalidade, a UNILA é chamada a adotar medidas internas de prevenção, orientação e articulação com os órgãos de segurança, tanto para mitigar riscos concretos quanto para reduzir a sensação de abandono institucional (Brasil, 2018).

Dentro deste contexto, em maio de 2022 a universidade passou a disponibilizar, em seu portal, uma “Cartilha de Segurança Pública na Universidade”, na qual são listados cuidados recomendados aos estudantes, como evitar permanecer sozinho em pontos de ônibus isolados à noite, preferir locais movimentados e planejar o deslocamento com antecedência (UNILA, 2023). Entretanto, quando esses enunciados normativos são confrontados com as condições objetivas do entorno do Campus Jardim Universitário, fica clara a dicotomia entre o que é prescrito e o que é, de fato, possível de ser praticado.

Os pontos de ônibus nas proximidades do campus não configuram espaços movimentados nem bem qualificados do ponto de vista urbanístico, ao contrário, estão inseridos em trechos de uso monofuncional, com pouca ou nenhuma presença de

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:13

comércio, fluxo reduzido de pedestres e visibilidade limitada, características que, à luz dos conceitos de fronteira deserta de Jacobs, vitalidade urbana e vigilância natural discutidos anteriormente, tendem a reforçar tanto a vulnerabilidade objetiva quanto a sensação subjetiva de insegurança.

Nesse cenário, a análise não se limita a reiterar deveres abstratos do Estado ou da Universidade, mas contribui para explicitar o descompasso entre um arranjo normativo que reconhece a segurança como direito fundamental e a experiência concreta de estudantes que, ao circularem diariamente por esse território, percebem a fragilidade dos mecanismos de proteção e do urbanismo que deveriam ampará-los.

A figura 2 sintetiza essa contradição ao registrar um ponto de ônibus situado em um trecho viário sem calçadas adequadas, sem comércio e sem presença contínua de pedestres, em frente ao Campus JU. Mais do que ilustrar um local específico, ela materializa o cenário de fronteira deserta discutido neste trabalho: um espaço público pouco vitalizado, com baixa vigilância natural e raros olhos da rua, no qual recomendações como evitar pontos isolados ou optar por locais movimentados se tornam, na prática, de difícil cumprimento para os estudantes que dependem do transporte coletivo para acessar a universidade.

Fotografia 2. Av. Tarquínio Joslin dos Santos, de frente para a UNILA JU

Fonte: Gabriel Thierry (estudante da UNILA, 2024)

Em 1° de fevereiro de 2024, tem início os trabalhos da Prefeitura Universitária (PRU) na UNILA em um movimento mais amplo de reorganização administrativa da instituição, voltado a concentrar, em um único órgão, a gestão da infraestrutura física, dos serviços terceirizados e das rotinas de manutenção dos campi (UNILA, 2024).

Versão Final Homologada
25/12/2025

A PRU é apresentada, nos documentos institucionais, como responsável por planejar e coordenar o uso dos espaços, articular ações de mobilidade interna, zelar pelas condições de funcionamento cotidiano e incorporar a lógica da sustentabilidade às decisões de gestão, como expressa o Plano Diretor de Logística Sustentável elaborado sob sua coordenação (UNILA, 2024). Ao reunir, sob uma mesma estrutura, funções antes dispersas como obras, manutenção, ambiente, contratos e segurança.

A Prefeitura Universitária passa a operar como eixo organizador das condições materiais que sustentam a vida acadêmica, inclusive naquilo que diz respeito à prevenção de riscos e à proteção de pessoas, bens e instalações. É nesse arranjo que se insere a conformação do Departamento de Segurança Institucional (SESI) como setor técnico vinculado à PRU, responsável por sistematizar e articular as ações de segurança no âmbito da universidade.

Conforme as informações obtidas em entrevistas semiestruturadas (ANEXO A) realizadas com dois servidores do SESI, registradas em áudio e utilizadas aqui como informação verbal, a criação do departamento responde tanto às exigências normativas de alinhamento às diretrizes nacionais de segurança pública quanto às demandas concretas da comunidade acadêmica diante da recorrência de episódios de violência no entorno do Campus JU (Informação Oral, 2025).

A partir dessa vinculação, o SESI passa a operar como interface entre a universidade e os órgãos de segurança externa, ao mesmo tempo, em que estrutura medidas internas de prevenção, orientação e acompanhamento (dimensão que será detalhada na sequência). A criação do SESI aparece, nas narrativas dos servidores entrevistados, como uma tentativa recente de organizar minimamente estruturada a resposta da universidade ao problema da insegurança no entorno dos campi (Informação Oral, 2025).

Em entrevista semiestruturada gravada em áudio com dois integrantes do setor, identificados aqui como Servidor 1 e Servidor 2, ambos relataram que o SESI nasce diretamente da pressão acumulada de relatos, ofícios estudantis e reuniões com a gestão, em um contexto onde a universidade já vinha sendo interpelada publicamente sobre furtos, assaltos e situações de vulnerabilidade vividas por estudantes e trabalhadores no Jardim Universitário e adjacências (Servidor 1, Informação Oral, 2025).

Esse movimento de institucionalização interna não elimina as responsabilidades dos órgãos estaduais e municipais de segurança, ancoradas no art. 144 da Constituição Federal e na Lei n.º 13.675/2018, mas busca, ao menos em parte,

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:15

reduzir a sensação de abandono institucional que atravessa os discursos da comunidade acadêmica.

Segundo os depoimentos, as primeiras ações da SESI se concentraram em medidas de prevenção e orientação, com ênfase na produção de materiais informativos, em campanhas pontuais em recepções de calouros e em visitas a salas de aula para discutir rotas mais seguras, cuidados básicos no deslocamento e formas de acionar a universidade em situações de risco (Servidor 1,Informação Oral, 2025).

Os servidores destacaram que, embora tais iniciativas tenham alcance limitado frente às restrições de pessoal e orçamento, elas cumprem um papel simbólico importante: sinalizam que a instituição reconhece o problema, procura sistematizar canais de comunicação e assume publicamente algum grau de corresponsabilidade pela proteção de seus estudantes (Informação Oral, 2025).

Um dos entrevistados diz sobre à articulação com os órgãos formais de segurança pública. Conforme os relatos, o SESI passou a participar com maior regularidade de reuniões com a Polícia Militar, a Guarda Municipal e, em alguns momentos, com representantes da Secretaria de Segurança Pública do município, levando mapas de ocorrências, relatos sistematizados de estudantes e demandas específicas relativas aos pontos de ônibus, horários de maior vulnerabilidade e trechos críticos no entorno do Campus JU (Servidor 2, Informação Oral, 2025).

Essa interlocução, ainda que limitada pela baixa prioridade política da temática, busca aproximar a agenda de segurança universitária das rotinas de patrulhamento e planejamento operacional dos órgãos responsáveis, tentando transformar percepções dispersas e captura de imagens do sistema de segurança em informação acionável no ciclo de políticas públicas, tal como sugere Secchi (2019) ao tratar da importância do diagnóstico qualificado de problemas.

A entrevista também evidenciou um esforço do SESI em construir protocolos internos mínimos para o tratamento de ocorrências, definindo fluxos de comunicação entre portarias, coordenações de curso, direção de unidade e gestão central, bem como procedimentos para registro, encaminhamento e acompanhamento de casos de violência dentro ou nas imediações dos campi (Servidor 1, Informação Oral, 2025).

Ainda que embrionário, esse arranjo contribui para reduzir a dispersão de informações que antes ficavam restritas a grupos informais de estudantes ou a redes

Versão Final formatada
25/12/2025 17:17

sociais, permitindo que episódios específicos sejam incorporados ao diagnóstico institucional de risco e, potencialmente, subsidiem reivindicações mais consistentes junto aos órgãos externos.

Em termos analíticos, as entrevistas indicam que o SESI opera em uma zona intermediária: sem poder de polícia, mas com capacidade de mediação, o departamento tenta, simultaneamente, mitigar riscos concretos e atuar sobre a dimensão subjetiva da insegurança (Informação Oral, 2025), oferecendo à comunidade acadêmica um ponto de referência institucional que contraponha, ainda que parcialmente, a experiência cotidiana de fronteira deserta que marca o entorno do Jardim Universitário.

Na entrevista realizada com os servidores do SESI, fica evidente que a ação da PRU na vigilância do campus se materializa, sobretudo, pela gestão cotidiana de contratos de vigilância, pela definição de procedimentos de acesso e circulação e pela mediação com os órgãos de segurança externa, como Guarda Municipal e Polícia Militar (Informação Oral, 2025).

Trata-se, em grande medida, de uma atuação voltada a garantir condições mínimas de funcionamento seguro dos espaços, controle de entradas, presença de vigilantes, acionamento de rondas em situações pontuais, compondo aquilo que Guerra (2023) descreve como a dimensão artificial e institucional da segurança, produzida por arranjos organizados de controle de riscos (Guerra, 2023).

Ao mesmo tempo, os relatos indicam um esforço de orientação à comunidade acadêmica, seja por meio de cartilhas e comunicados, seja por respostas a demandas específicas dos campi, o que aproxima a PRU/SESI da lógica de políticas de segurança com cidadania discutida pela literatura brasileira (Spaniol et al., 2020).

No entanto, quando essas ações são observadas à luz dos referenciais sobre indicadores e diagnóstico de políticas públicas, torna-se nítido um ponto de fragilidade central: a ausência de um sistema sistemático de registro, mapeamento e análise das ocorrências de segurança no interior e no entorno dos campi.

Do ponto de vista técnico, a PRU dispõe de informações fragmentadas, relatos informais, registros dispersos em boletins, e-mails ou chamados internos, mas não as converte em indicadores objetivos e subjetivos capazes de retratar, de forma estável, a evolução dos riscos e das percepções de insegurança ao longo do tempo (Sousa, 2013).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Isso significa que a universidade atua reativamente, respondendo a episódios e demandas localizadas, sem dispor de uma base consolidada que permita, por exemplo, identificar pontos críticos recorrentes, horários de maior vulnerabilidade ou padrões espaciais de incidentes, tal como se fez, neste estudo, com os dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE).

À luz da abordagem de análise de políticas públicas, essa lacuna informacional compromete a qualidade do diagnóstico do problema. Secchi (2019) lembra que a formulação de políticas depende da capacidade de definir o problema em termos de excesso, escassez ou risco, apoiando-se em evidências que tornem visíveis suas dimensões e implicações.

No caso da segurança nos campi da UNILA, a ausência de um mapeamento sistemático impede que a universidade disponha de indicadores consistentes sobre frequência, tipologia e localização das ocorrências, dificultando tanto a priorização de medidas quanto a avaliação de sua efetividade ao longo do tempo.

Em termos metodológicos, as entrevistas analisadas por meio de análise temática permitem captar núcleos de sentido importantes sobre a percepção institucional da segurança, mas, conforme discutem Dias e Mishima (2023), esse tipo de dado qualitativo precisa dialogar com séries de informações sistematizadas para produzir diagnósticos mais robustos. Assim, a própria fala dos servidores, ao evidenciar a inexistência de um banco de dados consolidado, revela um descompasso entre a responsabilidade formal da universidade na proteção da comunidade acadêmica e os instrumentos de monitoramento de que ela efetivamente dispõe.

4.1 MAPAS, BOLETINS E TERRITÓRIOS: DADOS ESTATÍSTICOS DA REGIÃO DO JU

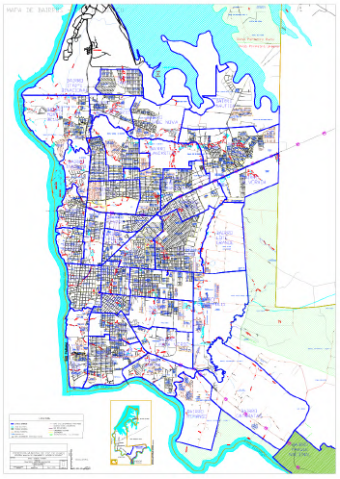
O diagnóstico da segurança pública no entorno do Campus Jardim Universitário é fundamentado em um levantamento detalhado de 2.276 boletins de ocorrência registrados no banco de dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE) da Polícia Civil do Paraná, abrangendo o período de 01/01/2019 a 31/10/2025. Esse recorte temporal permite captar tendências recentes de criminalidade, fornecendo uma leitura atualizada do cenário urbano que envolve a comunidade acadêmica.

A coleta inicial considerou todo o município de Foz do Iguaçu, porém, para fins analíticos, os dados foram refinados territorialmente com base no mapa oficial de bairros disponibilizado pela Prefeitura no portal EFoz, que define limites e denominações

Versão Final Aprovada
25/12/2025 17:17

históricas dos bairros, conforme a Figura 1:

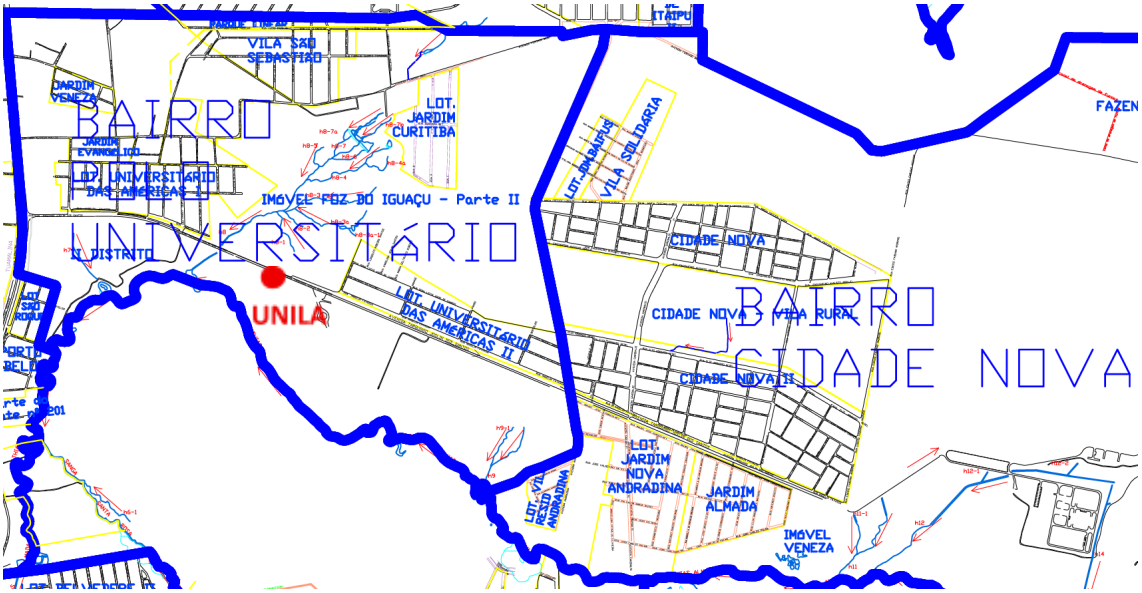
Figura 1 – Mapa do Município de Foz do Iguaçu



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos (2021)

A partir dessa delimitação, o estudo concentrou-se no Bairro Polo Universitário, onde se localiza o Campus JU e nos bairros adjacentes que fazem fronteira direta com ele, compondo o território imediatamente percorrido por estudantes, docentes e trabalhadores, conforme a Figura 2:

Figura 2 - Escopo de bairros



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos(2021), adaptado para esta pesquisa.

Complementando esse diagnóstico, foi realizado um recorte temático, organizado em ordem alfabética, que seguiu o conjunto de crimes definidos no Quadro 1, abrangendo delitos com impacto direto na sensação de insegurança, tais como:

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Quadro 1 – Lista de Crimes

Crimes
Ameaça
Dano
Estupro de vulnerável
Estupro ou atentado violento ao pudor
Furto qualificado
Furto simples
Lesão corporal
Lesão corporal de natureza grave
Lesão corporal de natureza gravíssima
Roubo
Roubo agravado
Roubo com resultado de lesão corporal grave

Fonte: Elaboração própria (2025)

A partir da base bruta, foi necessária uma etapa rigorosa de “limpeza” e padronização das informações, condição fundamental para que os indicadores construídos mantivessem consistência e comparabilidade (Sousa, 2013).

Foram excluídos todos os registros no qual o bairro não havia sido identificado pela polícia, as ocorrências fossem relativas a cidades vizinhas, os boletins da zona rural que não se situavam nas áreas do Lote Grande, Alto Boa Vista ou Arroio Dourado, bem como registros de teste, de nome incompleto (“Jardim” sem complemento, por exemplo) ou que faziam referência apenas a eixos viários que cruzam diferentes bairros. Também foram descartados condomínios não identificados e aqueles cujo nome se repetia em bairros distintos, para evitar distorções na espacialização das ocorrências.

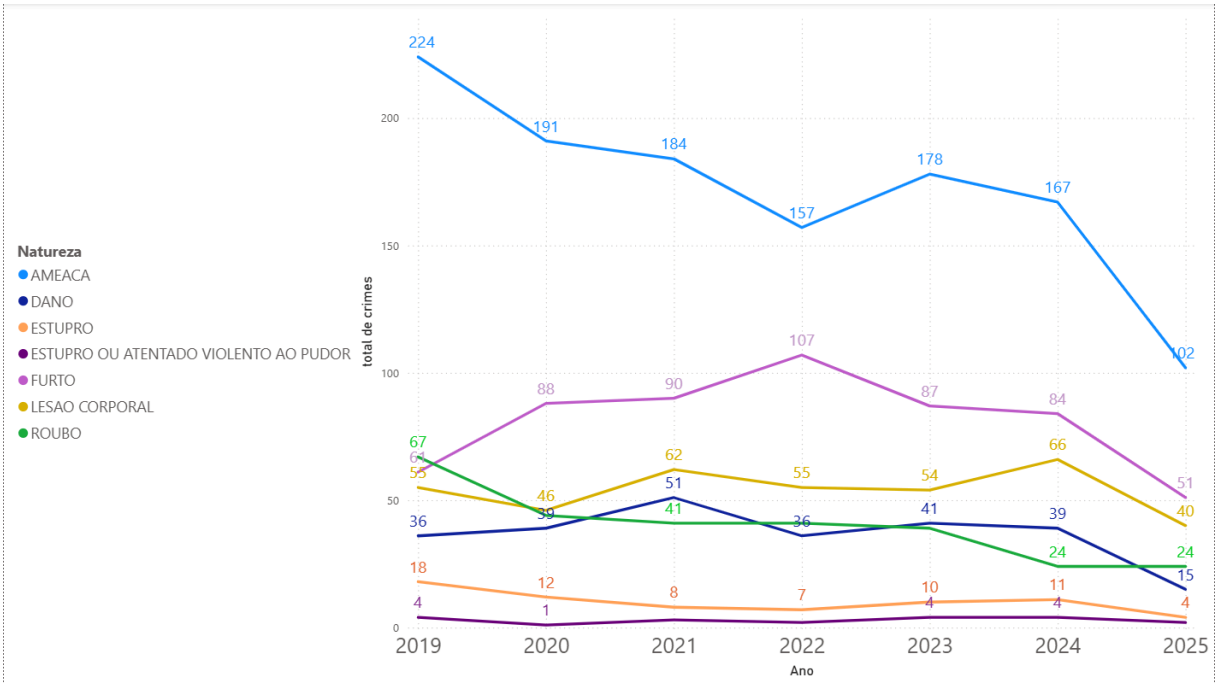
Para o tratamento dos dados, foram utilizados os programas Excel e Power BI, que permitiram organizar, cruzar e sistematizar as informações por tipo de crime, bairro e ano de ocorrência. Essa sistematização possibilitou observar a evolução anual dos registros, a distribuição espacial das ocorrências e a identificação de padrões que ajudam a compreender tanto a dinâmica criminal quanto os fatores que influenciam a percepção de insegurança no entorno do campus.

Somente após essa depuração foi possível organizar a base em planilhas do Excel e, por meio de tabelas dinâmicas, ranquear os bairros conforme a contagem de ocorrências por tipo de crime e por ano. Esse procedimento permite situar o recorte do Polo Universitário e de seus bairros limítrofes em relação ao conjunto da cidade, aproximando a análise dos critérios clássicos de construção de indicadores: transformar

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

acontecimentos concretos em medidas que descrevem uma dimensão da realidade social

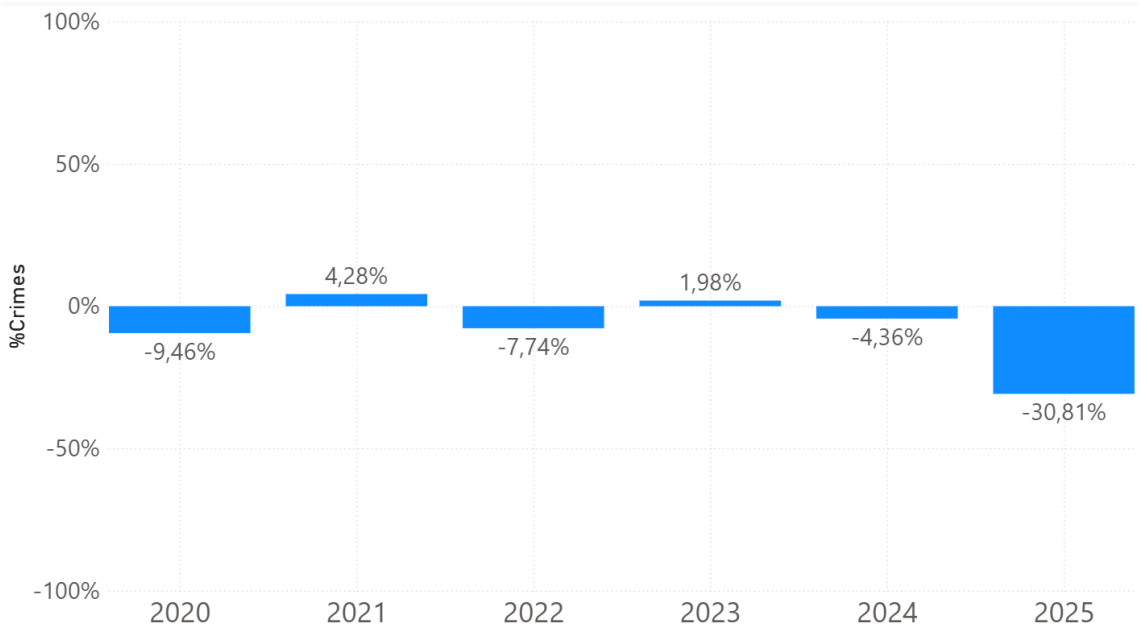
Figura 3 – Evolução com números reais



Fonte: Elaboração própria (2025)

Embora o ano de 2025 não contenha dados completos, o volume parcial disponível foi mantido na análise por indicar continuidade da tendência de queda nos registros, tendência observada nos últimos anos da série histórica.

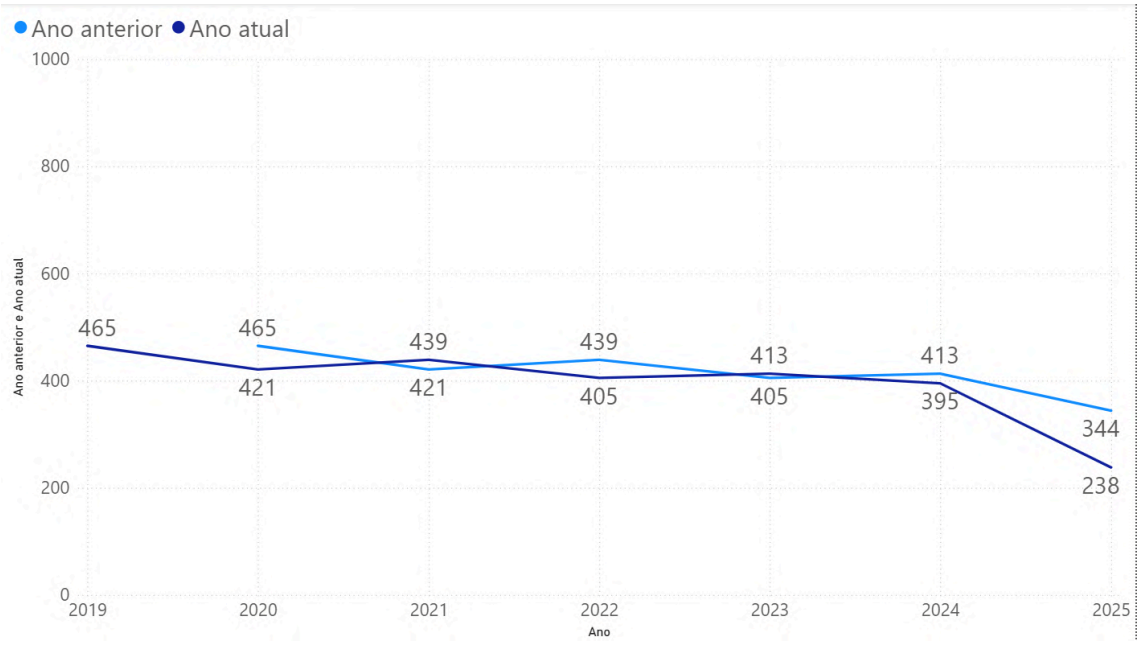
Figura 4 – Evolução percentual dos crimes YOY



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Figura 5 – Comparação de totais anuais em valores reais



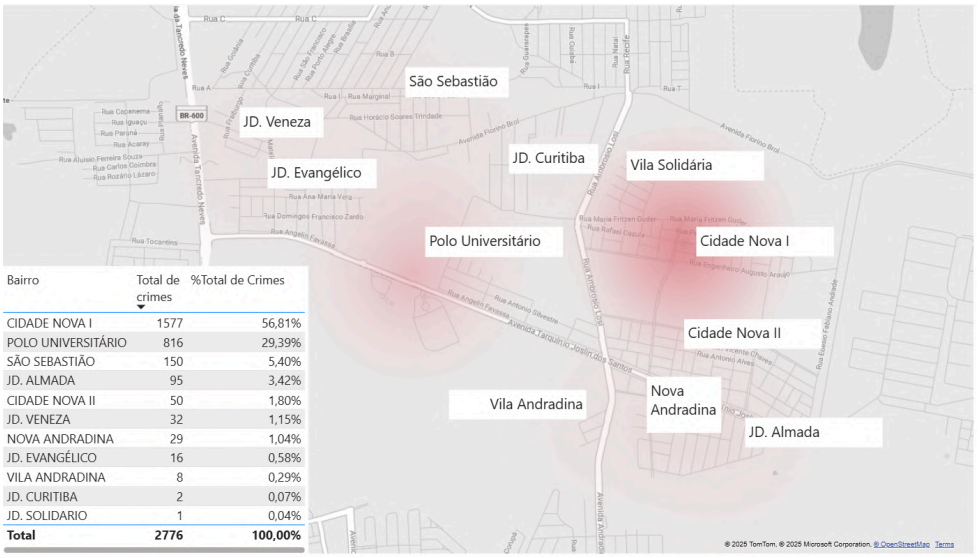
Fonte: Elaboração Própria (2025)

A leitura conjunta das Figuras 5 e 6 sugere uma tendência de queda no volume de registros ao longo da série histórica, com reduções mais expressivas em anos como 2020, 2022 e 2024.

No caso específico de 2020, é plausível supor que as medidas de restrição de circulação associadas à pandemia de Covid-19 tenham produzido algum efeito sobre determinadas modalidades de crime, ainda que essa hipótese demande cautela e investigação complementar. De todo modo, a manutenção de 2025 na análise, mesmo com dois meses ainda não consolidados, reforça a percepção de continuidade dessa tendência de queda, ainda que com possíveis oscilações por tipo de delito e por bairro.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Figura 6 – Distribuição de crimes nos bairros universitários



Bairro	Total de crimes	%Total de Crimes
CIDADE NOVA I	1577	56,81%
POLO UNIVERSITÁRIO	816	29,39%
SÃO SEBASTIÃO	150	5,40%
JD. ALMADA	95	3,42%
CIDADE NOVA II	50	1,80%
JD. VENEZA	32	1,15%
NOVA ANDRADINA	29	1,04%
JD. EVANGÉLICO	16	0,58%
VILA ANDRADINA	8	0,29%
JD. CURITIBA	2	0,07%
JD. SOLIDARIO	1	0,04%
Total	**2776**	**100,00%**

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A leitura integrada dos dados evidencia que a criminalidade não se limita a pontos específicos, mas distribui-se por toda a região analisada, alcançando desde bairros mais afastados, como o Jardim Almada, até áreas próximas como o Jardim Veneza, atravessando os grandes bairros Cidade Nova e Polo Universitário.

A partir desse primeiro recorte territorial em torno do Campus Jardim Universitário, os dados foram então recolocados na escala do município na totalidade. No mesmo banco de dados “Natureza/Ambiente” do CAPE, para o período de 01/01/2019 a 31/10/2025, foram identificados 72.572 boletins de ocorrência referentes ao conjunto de crimes selecionados para esta pesquisa. Desse total, os 2.276 registros localizados nos bairros Polo Universitário e Cidade Nova, que compõem os arredores imediatos da UNILA JU, correspondem a 3,14% das ocorrências criminais do período.

Quando observados em termos de distribuição espacial, o Polo Universitário ocupa a 23ª posição no ranking de bairros com maior número de registros, enquanto o Cidade Nova aparece em 15º lugar, conforme sintetizado na Tabela 2, reforçando a necessidade de compreender não somente os números absolutos, mas também a posição relativa dessa região no quadro geral da criminalidade em Foz do Iguaçu.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Tabela 2: Ranking de Violência

POSIÇÃO	BAIRRO	QUANTIDADE DE CRIMES
1	Centro	10.850
2	Morumbi	6.448
3	Três Lagoas	6.360
4	Porto Meira	4.915
5	Portes	4.258
6	Itaipu A	3.393
7	Campos do Iguaçu	3.177
8	Panorama	3.166
9	Três Bandeiras	2.294
10	Yolanda	2.284
11	Portal	2.066
12	Lancaster	2.043
13	Itaipu C	2.005
14	Polo Centro	1.847
15	**Cidade Nova**	**1.794**
16	Maracanã	1.789
17	Centro Cívico	1.697
18	Porto Belo	1.641
19	América	1.553
20	Ipê	1.271
21	Monjolo	1.199
22	KLP	1.061
23	**Polo Universitário**	**1.024**
24	Três Fronteiras	851
25	Carimã	749
26	Bourbon	730
27	São Roque	475
28	Bairro Cataratas	334
29	Parque Nacional	228
30	Alvorada	206
31	Mata Verde	195

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

32	Lote Grande	161
33	Itaipu B	114
34	Remanso	111
35	Náutica	111
36	Cognópolis	101
37	Arroio Dourado	35
38	Itaipu Binacional	22
39	Alto Boa Vista	14
Total		**72.572**

Fonte: Elaboração própria (2025)

Do ponto de vista das políticas públicas, essas evidências dialogam com o desafio descrito por Secchi (2019) no diagnóstico de problemas públicos: não basta identificar a existência de um problema, é preciso compreender sua distribuição territorial, seus efeitos assimétricos e os atores envolvidos para que a ação estatal não se restrinja a respostas genéricas.

No caso da região norte de Foz do Iguaçu, os dados do CAPE indicam um cenário no qual a criminalidade está presente, mas não isoladamente concentrada, tendendo a dificultar a priorização do Polo Universitário na agenda de segurança municipal.

Ao mesmo tempo, a combinação entre queda relativa dos registros e persistência da sensação de insegurança revela um descompasso entre indicadores objetivos e subjetivos, sinalizando a necessidade de uma análise intersetorial que articulem desenho urbano, transporte, iluminação, presença institucional e escuta qualificada da comunidade acadêmica para compreender o problema em sua complexidade.

4.2 VOZES EM MOVIMENTO: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Nesse contexto, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo, por meio de um questionário do tipo survey aplicado on-line à comunidade acadêmica da UNILA. O instrumento ficou disponível no período de 7 a 29 de novembro, sendo divulgado por meio de links compartilhados em redes sociais e por QR Codes afixados em diferentes pontos do Campus Jardim Universitário, de modo a alcançar estudantes com perfis e rotinas variadas.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

O instrumento foi estruturado em dois blocos principais. O primeiro continha duas perguntas abertas, voltadas a conhecer o perfil do respondente e a identificar se ele já havia sofrido algum episódio de violência na UNILA JU ou em seus arredores. Esse bloco inicial teve como função situar a experiência concreta dos estudantes em relação ao problema, permitindo reconhecer quem fala e a partir de quais vivências cotidianas.

O segundo bloco concentrou-se na mensuração da percepção de segurança, composto por nove afirmações avaliativas em escala de Likert de cinco pontos (de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”) e uma pergunta aberta final para sugestões dos próprios estudantes sobre ações e melhorias desejadas.

No total, o questionário contou com 164 respondentes, tomando como universo de referência 3.860 matrículas ativas na UNILA em 2024 (UNILA, 2024) e 1.010 servidores lotados na universidade (Brasil, 2025), resultando uma população aproximada de 4.870 pessoas. Considerando esse parâmetro, a amostra utilizada corresponde a um nível de confiança de 95% e a uma margem de erro em torno de 8%.

Os resultados desse survey foram analisados em diálogo com os indicadores objetivos de criminalidade e com a configuração urbanística discutida nas seções anteriores, compondo um quadro integrado das percepções de segurança da comunidade acadêmica.

A amostra desta pesquisa revela um perfil diverso, ainda que majoritariamente composto por estudantes brasileiros. Dos 164 respondentes, 78% declararam ser do Brasil, enquanto os demais 22% representam um conjunto expressivo de 13 nacionalidades latino-americanas e caribenhas.

Destacam-se, entre os estrangeiros, estudantes da Colômbia (6,1%), Paraguai (5,5%), Peru (1,8%), Cuba (1,8%), além de participações da Venezuela, Haiti, Equador, Honduras, Bolívia, Chile, Nicarágua, Argentina e El Salvador, cada um com porcentuais individuais de 0,6% a 1,2%. Essa composição transnacional, ao mesmo tempo, em que reflete a vocação institucional da UNILA para a integração latino-americana, também tensiona a forma como a segurança é vivida no cotidiano universitário.

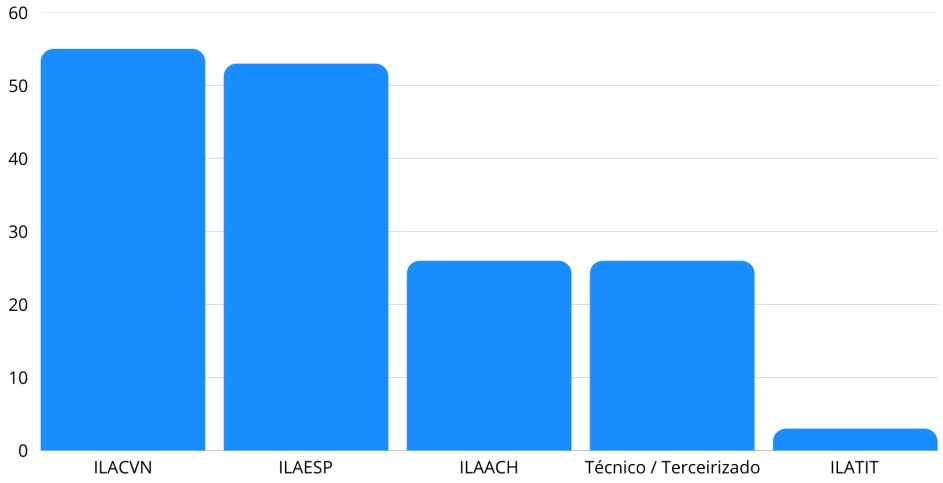
Como discutem Bazzanella e Bazzanella (2022), percepções de risco e medo do crime não são apenas respostas a eventos objetivos, mas resultam de trajetórias sociais, experiências prévias de violência e pertença (ou não) a determinados espaços

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

urbanos. Nesse sentido, a presença de estudantes migrantes e imigrantes, muitas vezes atravessados por histórias de vulnerabilidade e deslocamento, ajuda a compreender por que a sensação de insegurança no Campus JU não pode ser lida apenas à luz dos indicadores criminais formais, mas como parte de uma experiência subjetiva situada num território fronteiriço.

A distribuição dos respondentes indica que 33,7% estão vinculados ao ILACVN, seguido pelo ILAESP, que representa 32,5% da amostra. O ILAACH corresponde a 16% dos participantes, mesma proporção registrada para aqueles que se identificaram como Técnico/Terceirizado. Por fim, o ILATIT aparece com apenas 1,8% das respostas. Esses dados evidenciam que a maioria dos respondentes pertence aos institutos que concentram suas aulas e atividades majoritariamente no Campus Jardim Universitário, como o ILACVN e o ILAACH, reforçando a relação direta desses grupos com o espaço analisado, conforme indicado na figura 7.

Figura 7: Representação de participação por instituto

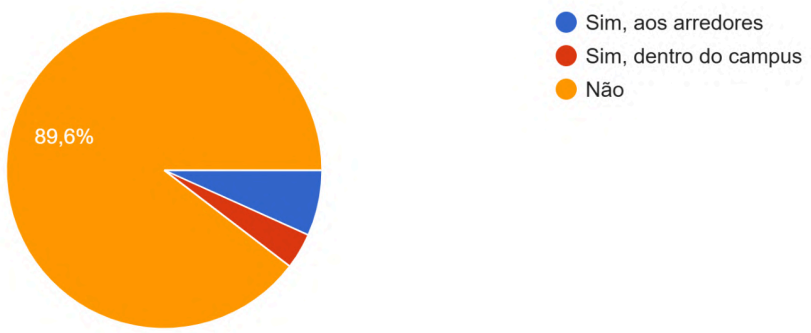


Fonte: Elaboração própria (2025)

No que diz respeito à experiência direta de vitimização, a maioria dos respondentes declarou não ter sofrido violência relacionada ao Campus Jardim Universitário ou ao seu entorno imediato. Dos 164 participantes, 147 (89,6%) afirmaram nunca ter sido vítimas de qualquer tipo de crime nessa área, enquanto 11 (6,7%) relataram ter vivenciado situações de violência nos arredores da universidade e 6 (3,7%) indicaram ter sido vítimas no próprio campus.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

FIGURA 8: Experiencia de vitimização



Fonte: Elaboração própria (2025)

Esse quadro dialoga com o diagnóstico estatístico apresentado na seção anterior, uma vez que nem os dados oficiais de criminalidade, nem o survey apontam para um cenário de ocorrência massiva de eventos violentos na área, ainda que a sensação de insegurança se mantenha como elemento central do problema analisado.

Ao explorar mais detalhadamente o comportamento dos respondentes que declararam ter sofrido algum tipo de violência, emergiu uma inconsistência importante entre o número de vítimas e o total de respostas à questão sobre registro de boletim de ocorrência e busca de apoio institucional. Embora somente 17 pessoas tenham indicado ter passado por situações de violência, 37 responderam à pergunta subsequente sobre registro de caso.

Diante da divergência entre o número de respondentes que se declararam vítimas (17) e o total de respostas à pergunta sobre registro de boletim de ocorrência (37), optou-se por ajustar o banco de dados considerando apenas as respostas de registro vinculadas ao grupo que afirmou ter sofrido violência.

As demais foram tratadas como inconsistentes para esse cruzamento específico e recodificadas como valores ausentes, evitando superestimações e distorções analíticas. Essa adaptação metodológica, ainda que reconheça a possibilidade de erro de interpretação do questionário por parte de alguns respondentes, busca preservar a coerência interna dos dados e garantir maior fidedignidade na análise da vitimização e da subnotificação.

Assim, 6 pessoas assinalaram a alternativa “registrei boletim de ocorrência e busquei orientações com a universidade”, 2 escolheram “registrei boletim de ocorrência, mas não busquei a universidade”, 1 indicou “não registrei boletim de ocorrência, mas busquei a universidade” e 8 optaram por “não registrei boletim de

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ocorrência nem busquei orientações com a universidade".

Essa reclassificação permitiu alinhar o número de registros formais e buscas por apoio institucional ao universo efetivo de vitimização, reduzindo o risco de superestimação decorrente de respostas inconsistentes. Esse recorte revela um dado sensível para a discussão sobre indicadores objetivos e subjetivos de segurança: entre os 17 estudantes que relataram vitimização, 9 não registraram boletim de ocorrência formal, correspondendo a aproximadamente 52% desse grupo.

Em termos práticos, isso significa que mais da metade dos casos não ingressou nas estatísticas oficiais de criminalidade, alimentando um quadro que indica subnotificação, o que fragiliza o planejamento de políticas públicas específicas para a região.

Além disso, apenas uma pessoa que não formalizou o registro procurou a universidade, enquanto oito não recorreram nem ao aparato estatal, nem à instituição de ensino, apontando para uma dupla ausência: de acolhimento institucional percebido e de informação clara sobre os canais de denúncia e suporte, ausência especialmente relevante em um contexto marcado por presença significativa de estudantes imigrantes.

Encerrada a leitura das questões abertas, que permitiram identificar experiências de vitimização e caminhos de busca (ou não) por suporte institucional, a análise avançou para o segundo bloco do questionário, composto por nove afirmações avaliativas em escala Likert de cinco pontos.

Esse conjunto de itens foi construído para funcionar como um conjunto de indicadores subjetivos de segurança (Sousa, 2013), captando o grau de concordância dos estudantes em relação a diferentes dimensões do problema: percepção dos trajetos, sensação de proteção no interior do campus, confiança na atuação da universidade e avaliação da presença do poder público na região.

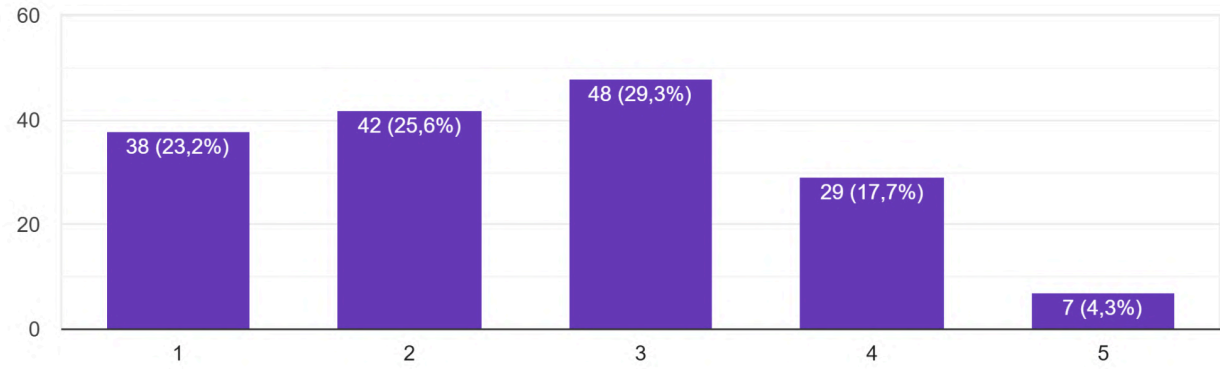
A partir daqui, os resultados passam a ser discutidos tomando essas afirmações como janela para compreender como o desenho urbano, as experiências cotidianas e a atuação institucional se traduzem em sensações de segurança ou insegurança no entorno do Jardim Universitário.

No caso da afirmação "Eu me sinto seguro(a) ao circular pelos trajetos ao redor do campus JU", os resultados mostram uma percepção majoritariamente negativa. Quase metade dos respondentes declarou discordar totalmente (23,2%) ou discordar

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

(25,6%) da frase, enquanto apenas 17% concordaram e 4,3% concordaram totalmente. Além disso, 29,3% marcaram a opção intermediária “nem concordo, nem discordo”, o que indica um grupo expressivo que não se sente plenamente seguro, mas também não se posiciona de forma categórica.

FIGURA 9: Segurança nos trajetos ao redor do JU



Fonte: Elaboração própria (2025)

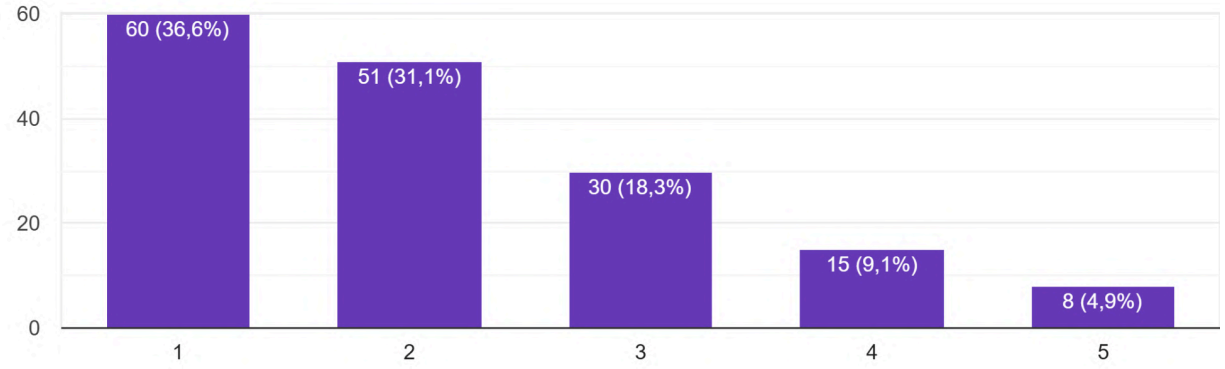
Em termos gerais, os dados sugerem que circular pelo entorno do campus é vivido por grande parte dos estudantes como uma experiência marcada por insegurança ou, no mínimo, por incerteza quanto à sua própria proteção.

Essa percepção dialoga diretamente com a literatura sobre medo do crime, que aponta como trajetos pouco iluminados, com baixa circulação de pessoas e ausência de usos diversos do espaço, tendem a ser interpretados como cenários de risco, mesmo quando a incidência objetiva de delitos não é elevada (Bazzanella e Bazzanella, 2017). Com isso, o survey reforça empiricamente que o problema não se restringe à presença de delito, mas ao modo como o desenho urbano comunica abandono, isolamento e exposição.

Na afirmação “Eu me sinto seguro(a) ao aguardar o transporte público nas imediações da universidade”, observa-se uma concentração expressiva de respostas negativas: 36,6% dos estudantes marcaram “discordo totalmente” e 31,1% “discordo”, totalizando 67,7% de discordância. Outros 18,3% permaneceram neutros e apenas 14% declararam algum grau de concordância (9,1% “concordo” e 4,9% “concordo totalmente”).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Figura 10: Segurança nos pontos de ônibus

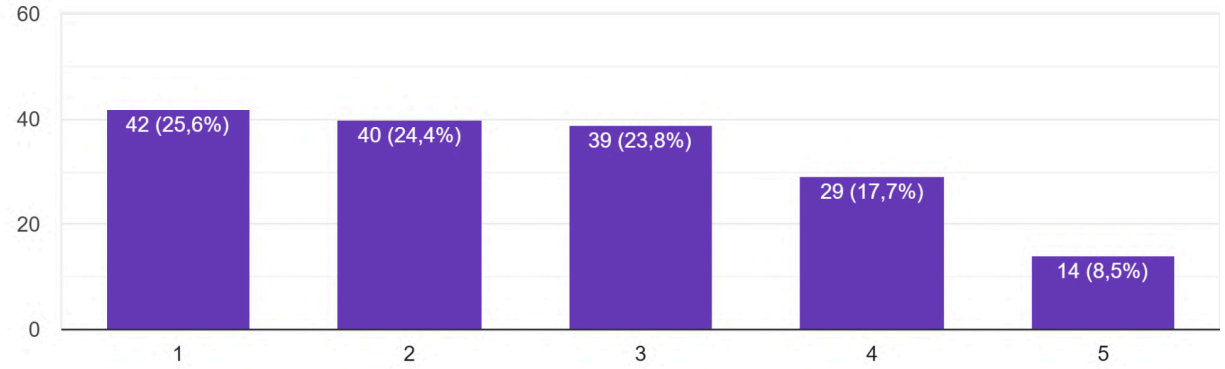


Fonte: Elaboração própria (2025)

Em termos descritivos, os dados indicam que o momento de espera pelo transporte público nas proximidades do campus é percebido pela maior parte da amostra como uma situação de alta vulnerabilidade, configurando um dos pontos críticos da sensação de insegurança no cotidiano universitário.

Na afirmação “A presença de vigilantes, guardas municipais e/ou policiais militares é suficiente para garantir a segurança ao redor do campus”, a distribuição das respostas revela uma avaliação bastante fragmentada: 25,6% dos estudantes marcaram “discordo totalmente” e 24,4% “discordo”, somando 50% de discordância, enquanto 23,8% permaneceram neutros e apenas 26,2% expressaram algum grau de concordância (17,7% “concordo” e 8,5% “concordo totalmente”).

Figura 11: Satisfação com a presença de agentes de segurança



Fonte: Elaboração própria (2025)

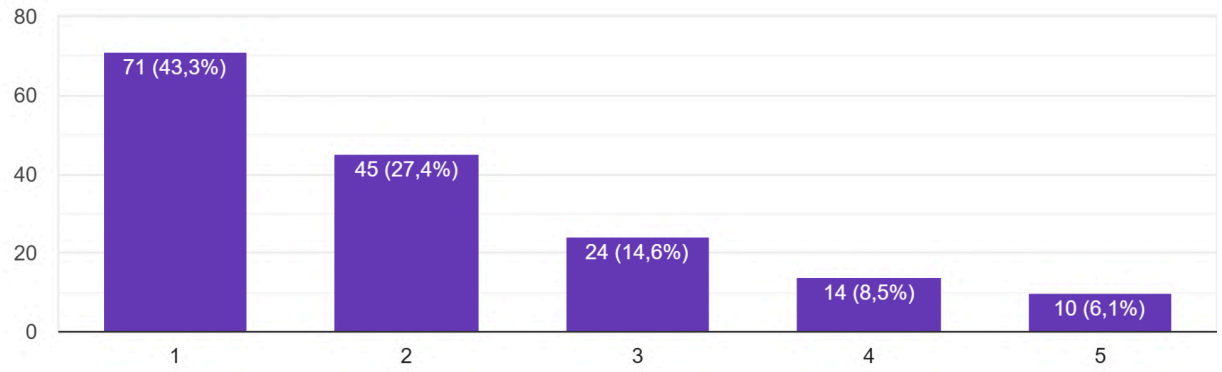
Pudemos observar aqui, que para metade da amostra, a simples presença de agentes formais de segurança não é percebida como suficiente para garantir proteção nos arredores do campus, indicando um quadro de confiança parcial e, ao mesmo tempo, de insuficiência subjetiva das ações de vigilância ostensiva na região.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Na afirmação “Conheço os canais de comunicação disponíveis na

universidade para relatar incidentes ou preocupações relacionadas à segurança (como assédio, violência ou outras situações de risco)", observa-se um quadro ainda mais crítico: 43,3% dos respondentes marcaram "discordo totalmente" e 27,4% "discordo", totalizando 70,7% em desconhecimento declarado, enquanto apenas 14,6% permaneceram neutros e 14,6% indicaram algum grau de concordância.

Figura 12: Conhecimento de canais de denúncias da UNILA

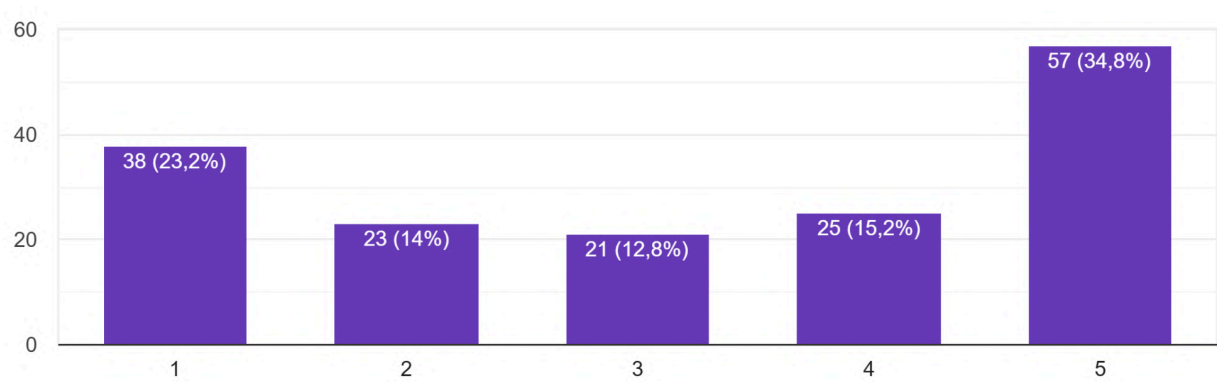


Fonte: Elaboração própria (2025)

Esses resultados reforçam a hipótese de que, para além dos problemas objetivos de segurança, há um déficit comunicacional e institucional importante: a maioria dos estudantes não sabe a quem recorrer nem por quais canais formalizar demandas, contribuindo para a subnotificação dos casos e aumento da sensação de desamparo e ausência de cuidado por parte da universidade.

No caso da afirmativa "Já evitei participar de eventos ou atividades noturnas no campus devido a preocupações com segurança", os dados reforçam o peso das dimensões subjetivas na experiência universitária. Somadas, as respostas de discordância (1 e 2) alcançam 37,2%, enquanto as de concordância (4 e 5) chegam a 50%, permanecendo 12,8% em posição neutra.

Figura 13: Evasão de eventos noturnos



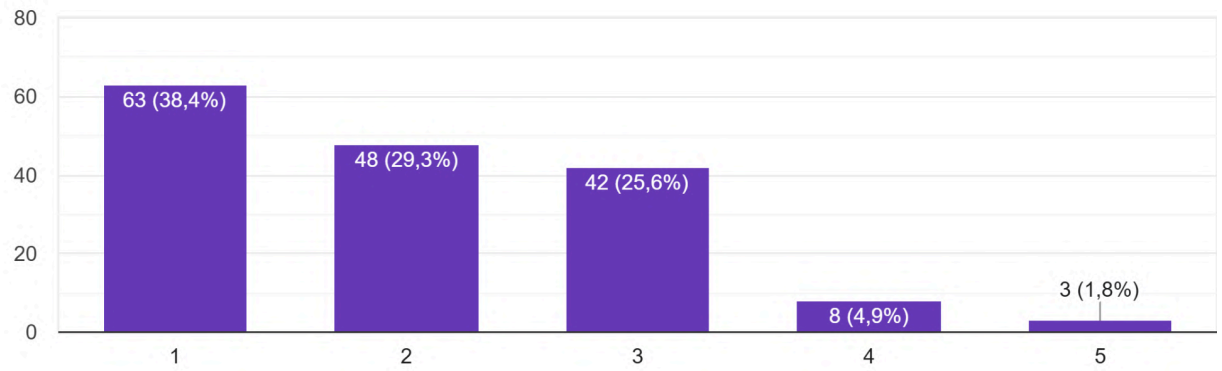
Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Fonte: Elaboração própria (2025)

Ou seja, metade dos respondentes afirma já ter evitado atividades noturnas no campus por medo, sugerindo impactos concretos sobre a vida acadêmica, a sociabilidade e o uso pleno dos espaços universitários.

Na afirmativa “Sinto que há presença institucional suficiente (segurança, servidores, estudantes) nos espaços do campus durante o período noturno”, observa-se um quadro ainda mais crítico de percepção. Somadas, as respostas de discordância (1 e 2) atingem 67,7% dos respondentes, enquanto apenas 6,7% concordam (4 e 5) e 25,6% permanecem neutros.

Figura 14: Presença institucional



Fonte: Elaboração própria (2025)

Ou seja, para a maioria da comunidade acadêmica, a presença institucional no período noturno é percebida como insuficiente, reforçando a sensação de que o campus JU permanece pouco ocupado, pouco vigiado e com baixa vitalidade nesse turno. Em termos teóricos, essa leitura dialoga com Jacobs (2011), visto que a ausência de fluxo contínuo de pessoas e de olhos da rua enfraquece tanto a segurança objetiva quanto o sentimento de proteção subjetiva.

Do ponto de vista da Administração Pública, esse resultado tensiona a forma como a universidade organiza seus horários, fluxos de servidores e ocupação dos espaços, indicando que decisões aparentemente administrativas – como alocação de turmas, funcionamento de serviços de apoio e desenho de rotinas de vigilância – têm impacto direto sobre a percepção de segurança e o direito de uso do campus em diferentes períodos. Assim, o survey não apenas descreve uma sensação de insegurança, mas aponta lacunas de governança institucional que podem ser objeto de políticas específicas.

Na afirmativa “Considero que a infraestrutura física da universidade (iluminação, sinalização, câmeras, cercamento) contribui para a minha sensação de segurança”, observa-se novamente um predomínio de avaliações negativas: 58,5% dos

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

respondentes discordam (opções 1 e 2), enquanto apenas 20,7% concordam (4 e 5) e outros 20,7% mantêm posição neutra.

Esse resultado indica que a maioria dos estudantes não percebe a infraestrutura existente como capaz de produzir sensação de proteção, reforçando a leitura de que a segurança objetiva, entendida aqui como arranjo físico e tecnológico, não se converte automaticamente em segurança subjetiva.

Em diálogo com Guerra (2023), isso sugere que o simples acréscimo de dispositivos materiais de controle de risco não é suficiente para reduzir a intranquilidade quando o ambiente permanece pouco vitalizado, com circulação rarefeita e ausência de olhos da rua (Jacobs, 2011) ao longo dos trajetos e dos espaços de permanência.

Nas respostas abertas à pergunta sobre sugestões para melhoria da segurança, as percepções subjetivas dos estudantes se traduzem em propostas muito concretas de reconfiguração do ambiente e da atuação institucional, revelando, na prática, a articulação entre segurança objetiva e sensação de segurança.

A ênfase recorrente em iluminação, qualificação dos pontos de ônibus, presença de vigilantes e melhoria da infraestrutura urbana indica uma demanda por controle mais efetivo dos riscos no entorno do campus, em linha com a compreensão de segurança como elemento do bem-estar produzido pela redução ou contenção de riscos específicos (Guerra, 2023).

Ao mesmo tempo, as sugestões que reivindicam canais de denúncia acessíveis, formação em direitos humanos para seguranças, revisão de ensalamentos noturnos e maior comunicação institucional evidenciam que a comunidade não reivindica apenas proteção física, mas também reconhecimento, acolhimento e pertencimento, dimensões centrais da segurança subjetiva presentes nas diretrizes recentes de políticas públicas (Spaniol et al., 2020).

Quando estudantes pedem mais iluminação, mais gente circulando, uma praça iluminada e atividades culturais no entorno, aproximam-se, ainda que sem os nomear, dos conceitos de vitalidade urbana e vigilância natural formulados por Jane Jacobs (2011), sugerindo que trajetos hoje marcados por fronteiras desertas poderiam ser ressignificados por meio da ativação do espaço público.

Desse modo, as propostas elencadas pelos discentes funcionam como um indicador qualitativo que ajuda a preencher o hiato identificado anteriormente entre

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

dados criminais relativamente dispersos e uma sensação persistente de insegurança, apontando caminhos para políticas intersetoriais que combinem desenho urbano, transporte, presença institucional e participação estudantil na construção de respostas.

Em síntese, ao serem lidas em conjunto com o referencial teórico sobre segurança objetiva/subjetiva, medo do crime e vitalidade urbana, essas evidências aproximam o problema analisado de seu núcleo de política pública: como transformar diagnósticos fragmentados e indicadores incompletos em estratégias concretas de gestão do espaço universitário e de proteção da comunidade acadêmica.

4.3 COSTURANDO DADOS, CAMINHOS E VOZES: SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS

Para finalizar esta etapa do diagnóstico, procedeu-se à articulação das evidências produzidas pelas três frentes empíricas mobilizadas na pesquisa: dados estatísticos de criminalidade, análise institucional (PRU/SESI) e percepções da comunidade acadêmica.

À luz da discussão sobre diagnóstico de problemas públicos e construção de indicadores (Sousa, 2013), essa operação pode ser entendida como uma forma de triangulação. Na medida que confronta diferentes ângulos de observação de um mesmo fenômeno, evitando que a análise dependa exclusivamente de um único tipo de dado.

No caso deste estudo, isso significou ler em conjunto a série histórica de boletins de ocorrência do CAPE, as narrativas institucionais sobre segurança na UNILA e os indicadores subjetivos captados pelo Survey com estudantes. Observadas de forma integrada, essas três camadas mostram mais convergências do que contradições.

Os dados do CAPE indicam que a região do Polo Universitário não figura entre os bairros mais violentos do município, embora componha uma fatia relevante (3,14%) dos registros criminais e esteja inserida em um contexto urbano marcado por riscos objetivos.

As entrevistas com servidores da PRU/SESI revelam um esforço recente de organização interna, criação de departamento específico, campanhas de orientação, aproximação com órgãos de segurança, mas também a ausência de um sistema próprio de registro e análise sistemática de ocorrências, o que limita a

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

capacidade da universidade de produzir indicadores consistentes sobre sua realidade (Sousa, 2013).

Já o Survey evidencia uma sensação de insegurança persistente, sobretudo nos trajetos, pontos de ônibus e períodos noturnos, combinada ao desconhecimento de canais institucionais de denúncia e a uma percepção difusa de ausência ou fragilidade da presença institucional.

A triangulação dessas evidências reforça, assim, o descompasso entre segurança objetiva e segurança subjetiva discutido ao longo do capítulo. Ainda que os números de criminalidade não indiquem uma “área crítica” isolada no Jardim Universitário, a configuração urbanística de fronteira deserta, a baixa vitalidade dos espaços públicos e a fragilidade dos mecanismos institucionais de acolhimento e comunicação ajudam a explicar por que o entorno do campus é vivido como inseguro.

As sugestões apresentadas pelos estudantes, como inclusão de mais iluminação, qualificação dos pontos de ônibus, maior presença de pessoas e atividades no entorno, canais de denúncia acessíveis e políticas de segurança com cidadania, dialogam com a ideia de que a proteção não se esgota em dispositivos materiais de controle de risco, mas depende também da produção de apropriação do espaço urbano e uso múltiplo do solo para construção da vitalidade urbana (Jacobs, 2011).

Em termos de políticas públicas, esse quadro indica que o problema da insegurança na região da UNILA JU exige respostas intersetoriais, que articulem desenho urbano, transporte, iluminação, planejamento universitário e participação da comunidade acadêmica na definição de prioridades, tal como propõe a literatura de análise de políticas ao tratar da definição e do enfrentamento de problemas públicos (Secchi, 2020).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

5 ENTRE FRONTEIRAS E CAMINHOS: CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

Este trabalho partiu da pergunta: o que gera a sensação de insegurança nos estudantes da UNILA que frequentam o Campus Jardim Universitário? Ao longo do percurso, procurou-se responder a essa questão articulando três frentes principais: os dados estatísticos de criminalidade do CAPE, a análise institucional da atuação da PRU/SESI e as percepções da comunidade acadêmica coletadas por meio do Survey.

A leitura integrada desses materiais mostrou que a sensação de insegurança não pode ser explicada apenas pela ideia de bairro violento ou por uma suposta concentração excepcional de crimes no entorno da universidade. Os dados do CAPE indicam que o Polo Universitário e o Cidade Nova respondem por 3,14% dos boletins de ocorrência do município entre 2019 e 2025, ocupando posições intermediárias no ranking geral de criminalidade. Ao mesmo tempo, a série histórica revela tendência de queda nos registros em anos como 2020, 2022 e 2024, ainda que com oscilações por tipo de delito.

Por outro lado, a pesquisa com estudantes aponta uma sensação persistente de vulnerabilidade, especialmente em três dimensões: os trajetos ao redor do campus, a espera pelo transporte público e o período noturno. A maioria dos respondentes declarou não se sentir segura ao circular no entorno, manifesta forte desconforto nos pontos de ônibus e percebe a presença institucional como insuficiente à noite. Soma-se a isso o desconhecimento massivo dos canais de comunicação da universidade para relato de incidentes e o fato de metade dos estudantes vitimizados não ter registrado boletim de ocorrência, reforçando o quadro de subnotificação e de desamparo percebido.

Os depoimentos institucionais, por sua vez, revelam uma universidade que se move, ainda que tardiamente, para responder ao problema, com a criação da PRU e do SESI, produção de cartilhas, ações de orientação e articulação com órgãos de segurança. No entanto, também evidenciam a ausência de um sistema próprio de indicadores e de um mapeamento sistemático das ocorrências, limitando a capacidade de planejamento e de monitoramento da instituição (Sousa, 2013; Secchi, 2020).

À luz desse conjunto de evidências, a resposta ao problema de pesquisa se desenha claramente: a sensação de insegurança no Campus Jardim Universitário emerge do cruzamento entre um desenho urbano marcado por fronteiras desertas, uma presença institucional ainda fragmentada e uma experiência estudantil que combina riscos objetivos, falta de informação e percepção de abandono. Trata-se, portanto, de um

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

problema público situado na interseção entre segurança objetiva e segurança subjetiva, em que o medo não é mera impressão, mas expressão de um modo específico de viver e circular em um território pouco vitalizado, pouco iluminado e pouco habitado.

Do ponto de vista da análise de políticas públicas, este estudo confirma a ideia de que problemas públicos são construídos na articulação entre excesso, escassez e risco (Secchi, 2020). No caso da segurança no entorno da UNILA JU, não se trata de ausência total de respostas estatais ou universitárias, mas de uma combinação de escassez de políticas específicas e risco distribuído, cuja percepção é amplificada pelas características do espaço urbano e pelo modo como a comunidade se relaciona com ele.

A região norte de Foz do Iguaçu, onde se insere o Campus Jardim Universitário, não figura como epicentro exclusivo da violência na cidade, mas compõe um mosaico de bairros onde a criminalidade se distribui de maneira heterogênea. Nesse cenário, a priorização do Polo Universitário na agenda de segurança tende a ser dificultada, porque os indicadores não apontam um colapso explosivo de violência, e sim um quadro de presença constante de delitos, com impacto difuso sobre a vida cotidiana.

Ao mesmo tempo, a configuração urbanística da área, marcada por uso monofuncional do solo, vazios urbanos e longos percursos com pouca presença de comércio, moradia ou uso misto, aproxima o entorno do campus daquilo que Jacobs (2011) descreve como fronteiras desertas: trechos que separam, em vez de conectar, e que interrompem a produção de vitalidade urbana. É nessa paisagem de baixa circulação e baixa vigilância natural que os estudantes relatam medo nos trajetos, evitam atividades noturnas e percebem os pontos de ônibus como espaços de alto risco.

As evidências também sugerem que a dimensão institucional é decisiva. A criação da PRU e do SESI, a publicação da cartilha de segurança e as ações de articulação com a Guarda Municipal e a Polícia Militar são passos importantes, mas ainda insuficientes para configurar uma política institucional de segurança com diretrizes claras, indicadores próprios e mecanismos estáveis de participação da comunidade. A ausência de um banco de dados consolidado sobre ocorrências internas e demandas de segurança, apontada pelos próprios servidores, revela um descompasso entre a responsabilidade formal da universidade e os instrumentos de que ela dispõe para cumpri-la.

As respostas abertas do survey, por sua vez, operam quase como um roteiro de política pública, ao elencar propostas concretas que articulam segurança objetiva e segurança subjetiva: melhoria da iluminação, qualificação dos pontos de

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ônibus, aumento da presença de vigilantes, criação de canais de denúncia acessíveis, formação em direitos humanos para equipes de segurança, revisão do uso noturno dos espaços e ativação do entorno com atividades culturais e comerciais. Em termos teóricos, essas demandas se aproximam do paradigma de segurança com cidadania, que enfatiza a combinação entre controle de riscos, garantia de direitos e protagonismo dos sujeitos afetados (Spaniol et al., 2020; Guerra, 2023).

Nesse sentido, o conjunto de evidências mobilizado neste trabalho (séries criminais do CAPE E Survey) pode ser compreendido como um pequeno sistema de indicadores objetivos e subjetivos de segurança, nos termos de Jannuzzi (2017), capaz de traduzir tanto as ocorrências registradas quanto a experiência vivida dos estudantes no entorno do Campus Jardim Universitário.

Assim, as implicações centrais deste trabalho podem ser sintetizadas em três eixos:

A. A necessidade de que a UNILA assuma a segurança como tema estratégico, com política institucional própria, sistema de registro e indicadores, canais de comunicação claros e mecanismos permanentes de escuta da comunidade acadêmica;
B. A importância de que o poder público municipal e os órgãos de segurança reconheçam o entorno universitário como território específico, com riscos e dinâmicas próprios, passível de planos e ações intersetoriais sustentados por diagnósticos periódicos ancorados nesses indicadores;
C. A urgência de pensar o desenho urbano, a mobilidade e a vitalidade dos espaços como dimensões indissociáveis da segurança, superando a visão reducionista que associa proteção apenas à presença policial ou ao incremento de dispositivos tecnológicos.

Como toda pesquisa aplicada a contextos complexos, este estudo também carrega limitações que precisam ser reconhecidas. Em primeiro lugar, os dados estatísticos utilizados dependem da qualidade e da completude do banco de boletins de ocorrência do CAPE. A necessidade de excluir registros com bairros não identificados, nomes incompletos, áreas rurais fora do recorte delimitado e condomínios não localizáveis implicou uma filtragem rigorosa, que, embora necessária para garantir a consistência espacial da análise, pode ter deixado de fora partes da realidade.

Além disso, o ano de 2025 foi considerado com dois meses ainda não consolidados, exigindo cautela na leitura da tendência de queda dos registros. Do ponto

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

de vista da construção de indicadores objetivos, isso significa que o retrato produzido é sempre uma aproximação dependente da qualidade das bases administrativas disponíveis, tal como alerta Jannuzzi (2017) ao tratar dos limites e potencialidades dos sistemas estatísticos para a análise de políticas públicas.

Em segundo lugar, o survey aplicado à comunidade acadêmica contou com 164 respondentes, número suficiente para captar tendências importantes, mas que não representa a totalidade das matrículas ativas na universidade. A amostra é marcada por maior participação de estudantes de determinados institutos e por uma predominância de discentes brasileiros, ainda que a presença de 13 nacionalidades latino-americanas e caribenhas tenha conferido pluralidade relevante às análises.

Trata-se, portanto, de um recorte que ilumina aspectos centrais da percepção de segurança, mas que não esgota a diversidade de experiências presentes na UNILA. No âmbito dos indicadores subjetivos, isso implica reconhecer que as medidas construídas com base nas respostas em escala Likert não pretendem produzir generalizações absolutas, mas oferecer um recorte situado e sistemático das percepções de segurança de uma parcela significativa da comunidade estudantil.

As entrevistas com servidores do SESI, por sua vez, concentraram-se em dois interlocutores diretamente envolvidos com a temática na universidade. Essa opção permitiu aprofundar a compreensão sobre a institucionalização recente da segurança na UNILA, mas não abrangeu outros setores e gestores que também participam, direta ou indiretamente, da construção de respostas ao problema.

Essas limitações abrem espaço para caminhos futuros de investigação. Estudos posteriores podem:

1. Ampliar o survey para docentes, técnicos e moradores dos bairros do entorno, integrando de forma mais sistemática as perspectivas da comunidade externa;
2. Desenvolver pesquisas qualitativas mais densas, como etnografias dos trajetos cotidianos, mapeamentos participativos ou diários de mobilidade, aprofundando a relação entre desenho urbano, gênero, raça, nacionalidade e sensação de segurança;
3. Comparar a experiência da UNILA com outros campi universitários de cidades de fronteira ou de regiões periféricas, contribuindo para um debate mais amplo sobre segurança em espaços de ensino superior e para a consolidação de um painel comparável de indicadores de segurança universitária;
4. Acompanhar, em médio prazo, os efeitos de eventuais intervenções implementadas

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

a partir deste diagnóstico, avaliando em que medida alterações na iluminação, no transporte, na ocupação dos espaços e na política institucional impactam os indicadores objetivos e subjetivos de segurança.

Ao longo deste trabalho, o esforço central foi o de sair da superfície dos números isolados e aproximar estatística e vivência, tomando a segurança não apenas como contagem de ocorrências, mas como experiência cotidiana de quem atravessa a Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, espera o ônibus em pontos pouco iluminados, participa de aulas à noite em um campus cercado por fronteiras desertas e, ainda assim, insiste em construir ali um projeto de vida. Nesse percurso, a combinação entre indicadores objetivos e subjetivos, nos termos propostos por Jannuzzi (2005, 2017), mostrou-se decisiva para qualificar o diagnóstico e evidenciar dimensões que nenhum dos dois tipos de medida, isoladamente, seria capaz de revelar.

O que se viu é que a sensação de insegurança no Campus Jardim Universitário não é exagero, nem histeria coletiva: ela nasce de um encontro tenso entre um território urbano pouco vitalizado, um arranjo institucional em construção e uma comunidade acadêmica que carrega, em seus corpos e trajetórias, marcas de gênero, raça, classe e migração.

Os estudantes que respondem ao questionário, os servidores que relatam seus esforços no SESI, os dados do CAPE que desenham o mapa da cidade, todos, à sua maneira, estão dizendo que a segurança é menos um serviço e mais uma condição de possibilidade para que a promessa da UNILA de integração, de acolhimento, e de formação crítica latino-americana possa de fato se realizar.

Se este TCC tem alguma contribuição, ela reside justamente em tornar visível esse descompasso: entre o direito à segurança inscrito na Constituição, os arranjos normativos do SUSP, a cartilha publicada no site da universidade, os gráficos produzidos no Power BI e a sensação de quem caminha sozinho à noite entre o ponto de ônibus e o portão do campus.

Ao articular dados objetivos, percepções subjetivas e análise institucional, buscou-se mostrar que não há política pública consistente sem diagnóstico qualificado, sem escuta da comunidade e sem olhar atento para o desenho dos espaços onde a vida acontece. Na linguagem dos estudos sobre indicadores, tratou-se de construir e colocar em diálogo medidas objetivas (registros criminais, distribuição territorial de ocorrências) e subjetivas (medo, confiança, uso dos espaços), compondo um quadro mais denso para orientar decisões e avaliações no campo da segurança universitária (Jannuzzi, 2005,

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

2017; Sousa, 2013).

Mais do que encerrar o debate, estas considerações finais o reabrem em outra chave: a de que segurança, na UNILA e em seu entorno, não é apenas um problema de polícia ou de câmeras, mas um campo de disputa sobre que cidade se quer produzir, que universidade se quer habitar e que tipo de presença institucional se está disposto a construir coletivamente.

Se, a partir daqui, a universidade, o poder público e a comunidade acadêmica se reconhecerem como co-responsáveis por esse processo, este trabalho já terá cumprido o papel que o motivou: transformar a sensação de insegurança em um ponto de partida para novas perguntas, novos pactos e novas práticas de cuidado no Jardim Universitário.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **A Cidade Média nas Três Fronteiras - Dinâmicas socioespaciais em Foz do Iguaçu (PR)**. *Geografia* (Londrina), v. 31, n. 1, p. 157–177, jan./2022. DOI: 10.5433/2447-1747.2022v31n1p157

ALBIERI, Lucimara; DANTAS, Érica; FERREIRA, Isis Melo; TELES, Giovanna Carvalho. **Caracterização do percurso de acesso a instituições públicas de ensino superior em Palmas-TO sob a ótica dos modos de transporte ativos**. Cidades Verdes, v.11, n.31, p. 88-105, 2023

BAZZANELLA, Sandro Luiz; BAZZANELLA, Sandra Eloisa Pisa. Insegurança e medo na vida urbana. Griot: **Revista de Filosofia**, Amargosa - BA, v.22, n.2, p.280-292, junho, 2022

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Controladoria-Geral da União**. Portal da Transparência. Servidores – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&palavraChave=Universidade+federal+da+integra%C3%A7%C3%A3o+latino-americana&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorExercicioSIAPE%2CorgaoExercicioSIAPE%2CquantidadePessoas%2CquantidadeVinculos%2CorgaoLotacaoSIAPE&ordenarPor=orgaoSuperiorLotacaoSIAPE&direcao=asc. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018.

CARDOSO, Victória Loureiro; RENNÓ, Sílvia de Alencar. Iluminação e segurança pública: uma investigação sobre a relação entre design e criminalidade urbana pela perspectiva feminina. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p. 130–146, 2019

CASTRO, Jaci Pereira de. **Segurança universitária: um desafio em tempos de insegurança.** In: Integração multidisciplinar no conhecimento. [S.l.]: Aurum, 2025. cap. 5. E-book.

COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir; Secchi, Leonardo. Políticas Públicas, conceitos, casos práticos, questões de concurso. **São Paulo: Cengage**, 2019.

DIAS, Ernandes G.; MISHIMA, Silvana M. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 402–411, jan./jun. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828. Acesso em: 22 nov. 2025

FOZ DO IGUAÇU. Câmara Municipal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL. Matéria nº 25906. Disponível em: https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/materia/25906. Acesso em: 24 nov. 2025.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara Municipal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL. Matéria nº 38438. Disponível em: https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/materia/38438. Acesso em: 24 nov. 2025.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **E-Foz – Serviço 110: Mapas do Municipio**. Disponível em: https://efoz.pmfi.pr.gov.br/servico-110. Acesso em: 06 nov. 2025.

GUERRA, Luís Filipe Jorge de Almeida. Clarificando o conceito de segurança. **Politeia**, Lisboa, Portugal, ano X-XI-XII, p. 119-132, 2013-2014-2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Foz do Iguaçu – PR. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html. Acesso em: 24 nov. 2025.

JACOBS, Jane. ***Morte e vida de grandes cidades*.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. "Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil". **Revista do Serviço Público**, Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública. **Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico – CAPE**. Disponível em: https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE. Acesso em: 24 Nov. 2025.

PORTAL DA CIDADE – Foz do Iguaçu. **Após assaltos, UNILA e Unioeste pedem mudança de ponto de ônibus**. 2017. Disponível em: https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/apos-assaltos-unila-e-unioeste-pedem-mudanca-de-ponto-de-onibus. Acesso em: 24 nov. 2023.

RÁDIO CULTURA FOZ DO IGUAÇU. **Alunos da UNILA fazem paralisação contra onda de assaltos em moradias**. 2016. YouTube. Disponível em: https://youtu.be/fdDR405xpjk. Acesso em: 24 nov. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020. ePub. ISBN 978-65-555-8241-3.

SOUSA, M. F. Indicadores, **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. [Material didático]**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2013

SPANIOL, Marlene Inês; MORAES JÚNIOR, Martim Cabeleira; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados no período pós-Redemocratização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 100-127, ago./set. 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Cartilha de segurança**. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/cartilha-de-seguranca. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Entrevista com servidores da SESI sobre segurança no Campus JU**. Entrevistadora: Luiza Nicole Angelo Melo. Foz do Iguaçu, 07 nov. 2025. 1 arquivo de áudio (.m4a). Acervo pessoal da autora. Não publicado.

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **História da UNILA.** Disponível em: https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Panorama atual**. Looker Studio, 2024. Atualizado em: 06 fev. 2024. Disponível em: https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/8d45846e-e663-4ff4-b41d-6b3919e018a1/page/aV8GC. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)**. Foz do Iguaçu: UNILA, [ano]. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/prefeitura-universitaria/infraestrutura-e-meio-ambiente/arquivos/plano-diretor-de-logistica-sustentavel-pls-e-dou-r1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Prefeitura Universitária**. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/prefeitura-universitaria. Acesso em: 24 nov. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ANEXOS

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ANEXO A – ENTREVISTA SERVIDORES SESI

Abertura (1–2 min)

Obrigada por me receber. Esta entrevista integra meu TCC sobre sensação de insegurança no Campus JU. O objetivo é compreender procedimentos, dados e percepções institucionais para qualificar a análise e propor recomendações.

Com sua autorização, vou gravar em áudio. O material será armazenado seguramente (pasta restrita e criptografada), com acesso limitado somente a mim e, se necessário, à minha orientadora.

Os registros serão anonimizados no trabalho (sem nomes, cargos individualizados ou informações que permitam identificação) e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

A participação é voluntária; você pode não responder qualquer pergunta, interromper a entrevista a qualquer momento e solicitar a exclusão do seu depoimento até a submissão final do TCC.

O prazo de guarda será de até 5 anos após a conclusão do trabalho; depois, o áudio será apagado e os trechos utilizados permanecerão somente em versão anonimizada no texto.

Posso seguir com a gravação nessas condições?

Bloco 1 - Governança e diretrizes

1. Quem é o responsável formal pela segurança institucional no Campus JU e como essa área se articula com outras (manutenção, iluminação, comunicação, PROINFRA, etc.)?
2. Quais normas, planos ou políticas internas orientam as ações dos responsáveis pela segurança no Campus (portarias, manuais operacionais, PDI/planejamento, convênios com órgãos externos)?
3. Quais outros materiais vocês usam para fundamentar decisões sobre segurança (ex.: CPTED/ambiente defensável, protocolos de campus, boas práticas nacionais)?

Sondas

- Você poderia explicar o processo mediante o qual uma demanda vira ação (por exemplo, qual é o fluxo de aprovação, os prazos, o orçamento)?
- Critérios de priorização (pontos críticos, horários, orçamento, riscos).

Bloco 2 — Dados objetivos de ocorrências (7–8 min)

1. Delimitação: A qual área vocês se referem quando falam de “região universitária” (dentro do campus / entorno imediato)?
2. Séries históricas: vocês saberiam informar quantos registros de ocorrências (em média) vocês tiveram por ano recentemente? Há sazonalidade (mês/horário)?

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

3. Tipologia: quais tipos de ocorrências são mais frequentes (furtos, roubos, assédio, vandalismo, vias de fato, incivilidades)?
4. Fontes e subnotificação: de onde vêm os dados (boletins internos, polícia, seguradora, canais de denúncia)? Há subnotificação estimada?
5. Resposta: qual é o tempo médio entre acionamento e atendimento? Como é o protocolo (quem aciona quem, em que ordem)?

Sondas

- “Mapa de calor” de pontos críticos; corredores/áreas com baixa visibilidade; períodos de pico.
- Integração com Guarda Municipal/PM/Polícia Civil (fluxo e contatos).

Pedido de evidências

- Planilha/relatório anual (com campos mínimos), definições de categorias, se possível mapa de ocorrências.

Bloco 3 Canais de denúncia e atendimento (5 min)

1. Quais canais de denúncia existem hoje (e-mail, formulário anônimo, aplicativo, presencial, telefone)? Funcionam 24/7? As denúncias são anônimas?
2. Métricas do canal: volume de denúncias/mês, tempo de resposta e de resolução; feedback ao denunciante; encaminhamentos.
3. LGPD e sigilo: como garantem privacidade e guarda dos registros?

Sondas

- Acessibilidade: idiomas (pt/es), comunicação inclusiva, divulgação dos canais (cartazes, site, calouros).

Bloco 4 - Ambiente físico e rotas seguras (7–8 min)

1. Iluminação, paisagismo e visadas: existem auditorias periódicas (pontos cegos, lâmpadas, poda)? Qual a frequência de manutenção?
2. Vigilância natural e tecnológica: câmeras funcionam? Cobertura, gravação, retenção e monitoramento em tempo real?
3. Acesso e circulação: guaritas, cercas, catracas, crachás; rotas seguras sugeridas; abrigos/pontos de apoio.
4. Transporte e entorno: há coordenação com transporte público/privado nos horários críticos?
5. Sinalização e comunicação de risco: placas, QR codes, instruções de conduta e pontos de ajuda.

Sondas

- Projetos em andamento (iluminação LED, novos percursos, botões de pânico, escolta a pé/veicular).
- Indicadores de efetividade (redução de ocorrência X após medida Y).

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

Bloco 5 - Pessoas, protocolos e capacitação

1. Efetivo e escala: quantas pessoas por turno? Cobertura nos horários críticos (entrada/saída noturna)?
2. “Como funciona hoje a capacitação da equipe de segurança e áreas correlatas? Quais conteúdos trabalham (atendimento a vítimas, primeiros socorros, mediação de conflitos, violência de gênero, acolhimento), com que periodicidade e como avaliam a efetividade (indicadores, reciclagens, simulações)?”
3. “Quais são os protocolos para casos sensíveis — assédio/violência de gênero, racismo e LGBTfobia? Poderiam descrever o fluxo de acolhimento e encaminhamento (porta de entrada, registro, sigilo/LGPD, prazos, responsáveis e rede de apoio)?”
4. “Qual é o tempo-resposta médio por tipo de ocorrência e quais casos emblemáticos nos últimos anos levaram à revisão de procedimentos? Que lições aprendidas geraram mudanças concretas?”

Bloco 6 - Percepções, satisfação e ações com estudantes (5 min)

1. Existe pesquisa de percepção/satisfação com estudantes/servidores? Periodicidade, amostra, principais achados.
2. Impactos percebidos: como a universidade avalia os efeitos da sensação de insegurança (evitação de áreas/horários, faltas, evasão, alterações de rotina)?
3. Comunicação e educação: campanhas, acolhimento a calouros, oficinas de autoproteção, canais de informação em tempo real.

Sondas

- Indicadores de resultado (p. ex., queda de circulação noturna em área X; aumento de uso de rotas seguras).
- Como os achados da pesquisa retroalimentam as decisões (ex.: troca de luminárias, reforço de rondas).

Fechamento

1. **O que a universidade considera como prioridade** para os próximos 6–12 meses em segurança no Campus JU?
2. **Quais documentos podemos ter acesso** (relatórios, POPs, mapas, contratos/convênios, séries de ocorrências, pesquisas)?
3. **Você teria algum comentário adicional**

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOBRE A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NO CAMPUS JU

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública e Políticas Públicas da UNILA, intitulado:
"A questão da segurança nos campi da UNILA: uma análise sobre a sensação de insegurança no Campus Jardim Universitário."

Objetivo da pesquisa: compreender os fatores que influenciam a percepção de segurança entre os estudantes da UNILA, considerando tanto aspectos objetivos (como iluminação, presença institucional, infraestrutura) quanto subjetivos (como experiências pessoais e sentimentos de segurança).

Sobre sua participação:

- A participação é voluntária e anônima.
- Nenhuma informação de identificação pessoal será solicitada (nome, e-mail, matrícula, etc.).
- As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e analisadas de forma agrupada e confidencial.
- O questionário leva cerca de 5 a 10 minutos para ser respondido.

Sigilo e proteção dos dados:
Os dados serão armazenados em ambiente digital seguro, acessíveis apenas ao pesquisador responsável, e excluídos após a conclusão do estudo.
A pesquisa segue as normas éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Ao prosseguir com o preenchimento, você declara ter lido esta descrição e concorda em participar de forma livre e informada.

---

1. Qual o seu país de origem?

2. A qual instituto o seu curso pertence?

☐ ILAACH - Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
☐ ILACVN - Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
☐ ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
☐ ILATIT - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território

3. Você já foi vítima de algum crime dentro ou nos arredores do campus JU da UNILA?

☐ Sim, aos arredores
☐ sim, dentro do campus
☐ não

4. Caso tenha respondido "sim" para a pergunta anterior, cite qual o tipo de crime e o ano em que ocorreu:

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17

5. Caso tenha sofrido algum crime, você registrou um boletim de ocorrência ao caso? Buscou orientações com a administração da universidade?

☐ Sim, registrei um boletim de ocorrência e busquei orientações com a universidade
☐ Sim, registrei um boletim de ocorrência, mas não busquei orientações com a universidade
☐ Não registrei um boletim de ocorrência, mas busquei orientações com a Universidade
☐ Não registrei um boletim de ocorrência e nem busquei orientações com a universidade

---

Por favor, leia atentamente cada afirmação e marque o número que melhor representa o seu grau de concordância.

Use a seguinte escala:

1. Discordo totalmente, 2. Discordo, 3. Nem concordo, nem discordo, 4. Concordo, 5. Concordo totalmente

---

1. Eu me sinto seguro(a) ao circular pelos trajetos ao redor dos campi da UNILA.
2. Eu me sinto seguro(a) ao aguardar o transporte público nas imediações da universidade.
3. A presença de vigilantes, guardas municipais e/ou policiais militares é suficiente para garantir a segurança ao redor dos campi.
4. A iluminação pública nas proximidades da universidade é adequada durante a noite.
5. Conheço os canais de comunicação disponíveis na universidade para relatar incidentes ou preocupações relacionadas à segurança (como assédio, violência ou outras situações de risco).
6. Considero que a comunicação da universidade sobre questões de segurança é adequada.
7. Já evitei participar de eventos ou atividades noturnas no campus devido a preocupações com segurança.
8. Acredito que a universidade adota medidas eficazes para prevenir situações de insegurança em seus campi.
9. Sinto que há presença institucional suficiente (segurança, servidores, estudantes) nos espaços do campus durante o período noturno.
10. Considero que a infraestrutura física da universidade (iluminação, sinalização, câmeras, cercamento) contribui para a minha sensação de segurança.
11. Você possui alguma sugestão para a melhoria da segurança na Universidade?

Versão Final Homologada
25/12/2025 17:17